

ÍNDICE DE AUTORES

(NÚMEROS 1 A 20 – 1998 A 2002)

(COM INDICAÇÃO DO NÚMERO E PÁGINAS DA REVISTA)

- ABSI, Luís Alberto - nº 4, p. 166-181. (ed. especial).
- AGUIAR, João Carlos Pestana de - nº 8, p. 69-84 e 9, p. 120-135.
- ALMEIDA, Álvaro Henrique Teixeira de - nº 7, p. 170-208.
- ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção - nº 7, p. 59-80.
- ALVES, Rogério Pacheco - nº 13, p. 157-177.
- ALVIM, José Eduardo Carreira - nº 20, p. 205-209.
- ANDRADE, André Gustavo C. de - nº 10, p. 45-67 e 20, p. 141-168.
- ARAGÃO, Severiano - nº 5, p. 100-105; 8, p. 38-41; 9, p. 43-45; 10, p. 143-147.
- ARANCIBIA LÓPEZ, Guillermo - nº 4, p. 129-141 (ed. especial).
- ARAÚJO JÚNIOR, João Marcello de - nº 6, p. 166-177.
- ASCENSÃO, José Oliveira - nº 7, p. 21-43.
- AYOUB, Luiz Roberto - nº 14, p. 78-86; 15, p. 189-199; 18, p. 113-124.
- AZEVEDO, Plauto Faraco de - nº 16, p. 165-173.
- BARBOSA MOREIRA, Carlos Roberto - nº 2, p. 20-31; 18, p. 45-57.
- BARBOSA MOREIRA, José Carlos - nº 1, p. 16-37; 3, p. 13-25; 7, p. 81-91; 8, p. 42-53; 9, p. 98-119; 13, p. 51-54; 16, p. 11-22; 20, p. 180-192.
- BARBOSA, Pedro Montenegro - nº 7, p. 161-169.
- BARROSO, Luís Roberto - nº 15, p. 11-47
- BARROZO, Luiz Felizardo - nº 9, p. 158-173.
- BATISTA JR., Geraldo da Silva - nº 3, p. 47-53; 16, p. 121-126.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga - nº 8, p. 144-156.
- BENJÓ, Simão Isaac - nº 5, p. 66-86.
- BERMUDES, Sérgio - nº 1, p. 64-67; 6, p. 123-131; 7, p. 92-100; 11, p. 66-71; 18, p. 35-44.
- BINENBOJM, Gustavo - nº 9, p. 180-195.
- BUARQUE, Sidney Hartung - nº 19, p. 90-95.
- BULOS, Uadi Lammêgo - nº 12, p. 184-198.
- CABRAL, Antonio do Passo - nº 16, p. 206-224.
- CAIROLI MARTINEZ, Milton - nº 4, p. 205-215 (ed. especial).
- CALDERALE, Alfredo - nº 14, p. 11-33.
- CÂMARA, Alexandre Freitas - nº 3, p. 54-72; 18, p. 88-103.
- CARPENA AMORIM, Manoel - nº 1, p. 101-106; 2, p. 11-19; 4, p. 249-259; 5, p. 60-65; 7, p. 13-20; 8, p. 54-68; 9, p. 11-20; 10, p. 23-37; 11, p. 11-20; 12, p. 29-40.
- CARRERA, Francisco - nº 15, p. 218-223.
- CARVALHIDO, Hamilton - nº 14, p. 34-41.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos - nº 15, p. 200-209; 19, p. 160-168.

- CARVALHO, Ângela Augusta Santos - nº 4, p. 231-234 (ed.especial).
- CARVALHO, José Carlos Maldonado de - nº 15, p. 120-128.
- CARVALHO, Luis Gustavo GRANDINETTI Castanho de - nº 2, p. 51-76; 3, p. 127-147; 9, p. 21-42; 11, p. 131-146; 15, p. 79-94; 17, p. 83-93; 19, p. 53-61.
- CARVALHO, Luiz Fernando Ribeiro de - nº 1, p. 161-170.
- CASTRO FILHO, Durval Pimenta de - nº 12, p. 208-217.
- CASTRO, Flávia de Almeida Viveiros de - nº 11, p. 171-186.
- CAVALCANTI, André Cleófas Uchoa - nº 18, p. 179-186.
- CAVALIERI FILHO, Sergio - nº 1, p. 114-121; 3, p. 84-93; 5, p. 87-99; 6, p. 60-71; 8, p. 11-20; 9, p. 71-81; 13, p. 43-50; 18, p. 58-65; 20, p. 100-114.
- CAVALLIERI, Alyrio - nº 1, p. 158-160; 2, p. 203-204.
- CHAIGNEAU DEL CAMPO, Alberto - nº 4, p. 100-115 (ed.especial).
- CHALHUB, Melhim Namem - nº 6, p. 72-77.
- CIRIGLIANO FILHO, Raphael - nº 7, p. 136-147.
- CONCEIÇÃO, Maria Collares Felipe da - nº 12, p. 41- 47.
- COSTA, ALVARO Mayrink da - nº 3, p. 116-126; 5, p. 196-206; 9, p. 141-157; 12, p. 143-183; 16, p. 192-205.
- COSTA, Caetano Ernesto da Fonseca - nº 17, p. 78-82.
- DIAS, Francisco Mauro - nº 17, p. 111-123.
- DIREITO, Carlos Alberto Menezes - nº 1, p. 141-146; 11, p. 24-42.
- DUTRA, Fábio - nº 7, p. 111-125.
- ESTEFAN, Paulo Assed - nº 7, 148-154.
- FÁBREGAS, Luiz Murillo - nº 6, 98-111.
- FAVER, Marcus Antonio de Souza - nº 13, p. 11-21.
- FIGUEIREDO, Pedro de Oliveira - nº 2, p. 146-191.
- FIUZA, Ricardo Arnaldo Malheiros - nº 2, p. 192-202; 13, p. 209-211; 18, p. 245-247.
- FONSECA, José Geraldo da - nº 13, p. 149-156.
- FONTES, André- nº 5, p. 207-215.
- FREITAS, Wagner Cinelli de Paula - nº 7, p. 155-158.
- FREIXINHO, Oswaldo Henrique - nº 16, p. 127-132.
- FRIEDE, Roy Reis - nº 18, p. 125-140.
- FUX, Luiz - nº 9, p. 174-179; 13, p. 65-87; 14, p. 51 -61; 15, p. 142-156.
- GAGLIARDI, Pedro Luiz Ricardo - nº 4, p. 70-78 (ed.especial).
- GAMA, Décio Xavier - nº 1, p. 187-189; 2, p. 231-233; 3, p. 102-109; 5, p. 123-126; 6, p. 132-141; 8, p. 32-37; 10, p. 103-112; 12, p. 218-219; 13, p. 128-131; 20, p. 332-336.
- GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da - nº 18, p. 187-227.
- GARCEZ NETO, Martinho - nº 19, p. 46-52.
- GARCIA, José Augusto - nº 2, p. 115-145.
- GAULIA, Cristina Tereza - nº 13, p. 88-106; 18, p. 66-87.
- GLANZ, Semy - nº 2, p. 105-114; 3, p. 94-101.
- GOMES, Luiz Roldão de Freitas - nº 13, p. 22-39; 14, p. 42-50; 16, p. 43-51; 17, p. 11-23; 19, p. 13-22; 20, p. 79-90.
- GONDINHO, André Osório - nº 8, p. 99-117.

- GONZÁLEZ, Carlos Gerardo - nº 12, p. 140-142.
- GRECO, Leonardo - nº 1, p. 68-83; 16, p. 105-120.
- GUERRA FILHO, Willis Santiago - nº 14, p. 152-161.
- GUTIÉRREZ, Daniel - nº 4, p. 223-230 (ed. especial).
- GUTIÉRREZ, Maria Cristina Barros - nº 10, p. 148-152; 13, p. 107-116.
- GUZMÁN TAPIA, Juan - nº 4, p. 142-152 (ed. especial).
- HADDAD, Luiz Felipe da Silva - nº 16, p. 100-104.
- HAMILTON, Sérgio Demoro - nº 17, p. 219-233.
- IBAZETA MARINO, Marcos - nº 4, p. 55-69 (ed. especial).
- IBRAHIM, Marco Antonio - nº 9, p. 82-97; 14, p. 134-136; 15, p. 180-188.
- KLAUSNER, Eduardo Antônio - nº 20, p. 169-179.
- LEONARDOS, Tomaz Henrique - nº 10, p. 175-183.
- LIMA, Artur Arnildo - nº 4, p. 182-187 (ed. especial).
- LIMA, Maria Cristina de Brito - nº 13, p. 212-233; 19, p. 169-189.
- LIRA, Ricardo Pereira - nº 3, p. 212-218.
- LOBO, Jorge - nº 3, p. 156-197; 6, p. 112-122; 9, p. 52-63; 15, p. 95-119; 17, p. 94-110.
- LOMBARDI, Eduardo - nº 4, p. 223-230 (ed. especial).
- LOURENÇO, Rodrigo Lopes - nº 13, p. 234-241.
- LUDWIG, Artur Arnildo - nº 4, p. 182-187 (ed. especial).
- LUNZ, Julieta Lúcia - nº 19, p. 108 - 115.
- MACHADO, Luiz - nº 18, p. 238-244.
- MAGALHÃES, Jorge de Miranda - nº 5, p. 150-195; 6, p. 78-97; 19, p. 85-89.
- MAGALHAES, Katia Braga de - nº 12, p. 75-80.
- MALCHER, José Lisboa da Gama - nº 4, p. 191-192 (ed. especial).
- MANES, Humberto de Mendonça - nº 5, p. 13-22.
- MARQUES, Wilson - nº 1, p. 84-100; 2, p. 91-97; 3, p. 26/35; 5, p. 117-122; 6, p. 142-147; 7, p. 101-110; 11, p. 72-87; 15, p. 129-141; 20, p. 193-204.
- MARTINS, Alcides - nº 4, p. 237-245 (ed. especial).
- MARTINS, Ives Gandra da Silva - nº 12, p. 199-207.
- MARTINS, Pedro A. Batista - nº 1, p. 122-135.
- MATTA, José Eduardo Nobre - nº 10, p. 189-212; 11, p. 116-130; 12, p. 92-110; 14, p. 119-133; 15, p. 210-217; 16, p. 236-247.
- MATTOS, Edson Viana de - nº 10, p. 184-188.
- MELLO JÚNIOR, Adolpho C. de Andrade - nº 9, p. 46-51; 11, p. 95-109; 12, p. 111-117.
- MELLO, Heloisa Carpena Vieira de - nº 3, p. 73-83.
- MELLO, Marco Aurélio Mendes de Farias - nº 10, p. 11-22; 11, p. 21-23; 13, p. 40-42; 18, p. 13-22.
- MENNA BARRETO, João de Deus Lacerda - nº 1, p. 136-140; 2, p. 98-104.
- MIGUEL FILHO, Theophilo Antonio - nº 15, p. 168-179.
- MONTEBELLO, Marianna - nº 11, p. 155-170.

- MORAES, Humberto Peña de - nº 13, p. 135-148.
- MORAES, Maria Celina Bodin de - nº 12, p. 48-74.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo - nº 3, p. 198-211.
- MOREIRA, Cristovan Daiello - nº 4, p. 48-52 (ed. especial).
- MOUSNIER, Conceição A. - nº 20, p. 244-264.
- NADER, Paulo - nº 3, p. 36-46.
- NEIVA, Celina Cardoso - nº 14, p. 137-139.
- NOGUEIRA, Alberto - nº 4, p. 79-99 (ed. especial).
- NOGUEIRA, Cláudia de Almeida - nº 17, p. 192-218.
- NUNES, Heleno Ribeiro Pereira - nº 6, p. 155-162.
- OBERTO, Giacomo - nº 20, p. 15-50.
- OLIVEIRA NETO, Arthur Narciso de - nº 20, p. 210-233.
- OLIVEIRA, André Felipe Vêras de - nº 19, p. 197-206.
- OLIVEIRA, Glaucenir Silva de - nº 6, p. 186-196.
- OLIVEIRA, José Jayme de Macedo - nº 16, p. 150-164.
- PASSOS, Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca - nº 16, p. 133-149; 19, p. 96-107.
- PEDROSA, Ronaldo Leite - nº 11, p. 110-115.
- PENALVA SANTOS, Joaquim Antonio de Vizeu - nº 5, p. 113-116; 9, p. 64-70; 10, p. 96-102; 14, p. 74-77.
- PENALVA SANTOS, Paulo - nº 7, p. 44-58.
- PENNA, A. GOMES - nº 1, p. 171-182.
- PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres - nº 2, p. 205-226; 15, p. 63-78; 20, p. 265-283.
- PEREIRA, Áurea Pimentel - nº 13, p. 132-134; 15, p. 48-62; 18, p. 104-112.
- PEREIRA, Guilherme Bollorini - nº 17, p. 174-191.
- PEREIRA, Osny Duarte - nº 5, p. 53-59.
- PIMENTEL, Ruy Mendes - nº 11, p. 88-94.
- PINHO, Humberto Dalla Bernardina de - nº 16, p. 174-191; 18, p. 141-155.
- PISANI, Andrea Proto - nº 16, p. 23-42.
- RANGEL, Paulo - nº 13, p. 178-208; 17, p. 245-256.
- REGO, Oswaldo Luiz Franco - nº 19, p. 116-131.
- REGO, Werson Franco Pereira - nº 19, p. 116-131.
- RIBAS FILHO, Thiago - nº 1, p. 11-15.
- RIBEIRO, Benedito Silvério - nº 4, p. 23-30 (ed. especial).
- RIOS AVALOS, Bonifacio - nº 4, p. 193-204 (ed. especial).
- RODRIGUES, Asclepiades - nº 8, p. 137-140; 11, p. 147-154.
- RODRIGUES, Maria Stella Villela Souto Lopes - nº 8, p. 21-31.
- RODRIGUES, Paulo Orval P. - nº 4, p. 116-121 (ed. especial).
- ROMEIRO JÚNIOR, Jorge Alberto - nº 14, p. 107-118.
- ROSA, Felipe Augusto de Miranda - nº 6, p. 197/198; 7, p. 159-160; 8, p. 129-136; 12, p. 21-28; 14, p. 162-190; 19, p. 23-26; 20, p. 320-324.

- RULLI JÚNIOR, Antônio - nº 4, p. 31-47 (ed. especial); 6, p. 13-29; 9, p. 196-200; 11, p. 187-206.
- SALOMÃO, Luis Felipe - nº 1, p. 107-113; 8, p. 85-94; 10, p. 153-174; 14, p. 62-73.
- SALOMÃO, Paulo César - nº 8, p. 141-143.
- SANTOS, Antonio Carlos Viana - nº 4, p. 153-165 (ed.especial).
- SANTOS, Bonni dos - nº 17, p. 234-244.
- SANTOS, Luiz Gonzaga dos - nº 3, p. 110-115.
- SARDAS, Letícia de Faria - nº 3, p. 148-155; 16, p. 52-59; 18, p. 228-237.
- SARMENTO, Eduardo Sócrates Castanheira - nº 12, p. 118-127; 13, p. 117-127.
- SHARP JÚNIOR, Ronald Amaral - nº 14, p. 87-94.
- SILVA, João Carlos Pestana de Aguiar - nº 1, p. 38-57; 2, p. 77-90.
- SILVA, Ovídio Baptista da - nº 18, p. 23-34.
- SILVA, Roberto de Abreu e - nº 16, p. 60-72; 19, p. 62-84.
- SILVA, Wilney Magno de Azevedo - nº 16, p. 225-235.
- SIMÕES, Ernani de Paiva - nº 5, p. 106-112; 12, p. 128-139.
- SLAIBI FILHO, Nagib - nº 1, p. 58-63; 5, p. 127-133; 6, p. 148-154; 8, p. 95-98; 10, p. 118-142; 16, p. 73-99; 17, p. 124-153; 19, p. 27-45; 20, p. 284-319.
- SOARES, João Batista Berthier Leite - nº 17, p. 154-173.
- SOUZA, Marco Antonio Costa - nº 4, p. 122-126 (ed. especial).
- SOUZA, Rogério de Oliveira - nº 5, p. 134-149; 7, p. 126-135; 10, p. 113-117; 12, p. 81-91; 14, p. 140-151; 15, p. 157-167; 17, p. 58-77; 18, p. 156-164.
- SOUZA, Sylvio Capanema de - nº 10, p. 68-95; 17, p. 53-57; 20, p. 91-99.
- TEIXEIRA, Alexandre Abrahão Dias - nº 6, p. 178-185; 19, p. 190-196.
- TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo - nº 1, p. 147-157; 5, p. 39-52; 10, p. 38-44; 11, p. 43-65; 12, p. 11-20.
- TEPEDINO, Gustavo - nº 2, p. 32-50.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto - nº 17, p. 24-52; 20, p. 51-78.
- TORRES, Antonio Carlos Esteves - nº 20, p. 234-243.
- TREDINNICK, André Felipe Alves da Costa - nº 6, p. 30-59.
- VARELA, Thiago Ragonha - nº 18, p. 165-178.
- VELLOSO, Carlos Mario da Silva - nº 5, p. 23-38.
- VIANNA, Guaracy de Campos - nº 20, p. 325-331.
- VIEIRA, Ana Lúcia Carvalho Pinto - nº 4, p. 216-222 (ed. especial).
- WALD, Arnoldo - nº 8, p. 118-128.
- WERNER, José Guilherme Vasi - nº 19, p. 132-143.
- WHITAKER, Luiz Fernando da Cunha - nº 1, p. 183-186; 2, p. 227-230; 10, p. 213-215; 13, p. 242-245.
- WIDER, Roberto - nº 20, p. 115-140.
- ZÉFIRO, Gabriel de Oliveira - nº 14, p. 95-106.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

NÚMEROS 1 A 20 - 1998 A 2002

(COM INDICAÇÃO DO NÚMERO E PÁGINAS DA REVISTA)

ABERTURA DE CRÉDITO

Contrato de abertura de crédito e ação monitória – Luiz Gonzaga dos Santos, n. 3, p. 110-115, 1998.

AÇÃO

Teoria da ação – as grandes objeções ao conceito final de ação – Álvaro Mayrink da Costa, n. 5, p. 196-206, 1999.

AÇÃO CAUTELAR ver PROCESSO CAUTELAR

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Ações de classe. Direito comparado e aspectos processuais relevantes – Humberto Dalla Bernardina de Pinho, n. 18, p. 141-155, 2002.

Limites subjetivos da coisa julgada nas ações difusas, coletivas e individuais homogêneas – Wilson Marques, n. 15, p. 129-141, 2001.

AÇÃO COLETIVA

Ações coletivas – Maria Cristina de Brito Lima, n. 19, p. 169-189, 2002.

AÇÃO DE ALIMENTOS ver ALIMENTOS (DIREITO DE FAMÍLIA)

AÇÃO DE DEPÓSITO

Do “equivalente em dinheiro” nas ações de depósito em contratos de alienação fiduciária – Rogério de Oliveira Souza, n. 10, p. 113-117, 2000.

AÇÃO DE DESPEJO

Ação de despejo por falta de pagamento – Caetano Ernesto da Fonseca Costa, n. 17, p. 78-82, 2002.

AÇÃO JUDICIAL

A efetividade do processo nas ações contra a Fazenda Pública – Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos, n. 16, p. 133-149, 2001.

A importância da classificação tradicional das ações e o registro de imóveis – Eduardo Sócrates Castanheira Sarmiento, n. 13, p. 117-127, 2001.

Mandamentalidade e auto-executoriedade das decisões judiciais – Ovídio Baptista da Silva, n. 18, p. 23-34, 2002.

AÇÃO MONITÓRIA

A ação monitória – Wilson Marques, n. 1, p. 84-100, 1998.

Contrato de abertura de crédito e ação monitória – Luiz Gonzaga dos Santos, n. 3, p. 110-115, 1998.

AÇÃO RESCISÓRIA

A responsabilidade do credor pela execução – Rogério de Oliveira Souza, n. 18, p. 156-164, 2002.

ACESSO À JUSTIÇA

Democracia e acesso à Justiça – Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, n. 1, p. 161-170, 1998.

Sentença estrangeira e globalização: acesso à justiça e cooperação internacional – Antonio do Passo Cabral, n. 16, p. 206-224, 2001.

Um novo tempo na Justiça – Thiago Ribas Filho, n. 1, p. 11-15, 1998.

ACIONISTA E ACIONISTA

CONTROLADOR

O direito do acionista de participação nos lucros sociais – Pedro A Batista Martins, n. 1, p. 122-135, 1998.

Interpretação realista da alienação de controle de companhia aberta – Jorge Lobo, n. 15, p. 95-119, 2001.

ADOÇÃO

Adoção por duas pessoas e a de maiores de 18 anos – Décio Xavier Gama, n. 10, p. 103-112, 2000.

Tutela e adoção remuneradas – Décio Xavier Gama, n. 13, p. 128-131, 2001.

Adoção internacional – Alyrio Cavallieri, n. 2, p. 203-204, 1998.

ADOLESCENTE

O fórum da criança e do adolescente – Alyrio Cavallieri, n. 1, p. 158-160, 1998.

ADVOGADO

Da natureza jurídica do compromisso do advogado – Edson Viana de Mattos, n. 10, p. 184-188, 2000.

AGRAVO

Impugnação do despacho liminar da execução: agravo, exceção de pré-executividade ou embargos? – Geraldo da Silva Baptista Júnior, n. 16, p. 121-126, 2001.

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Sustação pelo Tribunal do cumprimento de sentença sujeita a apelação de efeito apenas devolutivo – Sérgio Bermudes, n. 1, p. 64-67, 1998.

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Alienação fiduciária em garantia – uma visão crítica – Luiz Roberto Ayoub, n. 14, p. 78-86, 2001.

Considerações sobre a cumulação das garantias pessoais e reais, na alienação fiduciária – Sylvio Capanema de Souza, n. 17, p. 53-57, 2002.

Do “equivalente em dinheiro” nas ações de depósito em contratos de alienação fiduciária – Rogério de Oliveira Souza, n. 10, p. 113-117, 2000.

ALIMENTOS (DIREITO DE FAMÍLIA)

As ações cautelares no direito de família – Wilson Marques, n. 11, p. 72-87, 2000.

Execução de sentença de condenação no pagamento de alimentos – aspectos polêmicos – Wilson Marques, n. 7, p. 101-110, 1999.

ALUGUEL

Ação de despejo por falta de pagamento – Caetano Ernesto da Fonseca Costa, n. 17, p. 78-82, 2002.

APELAÇÃO

A apelação na “causa madura”- Jorge de Miranda Magalhães, n. 19, p. 85-89, 2002.

Considerações sobre a apelação no sistema recursal do Código de Processo Civil – Sérgio Bermudes, n. 6, p. 123-131, 1999.

Considerações sobre o efeito suspensivo dos recursos cíveis – Sérgio Bermudes, n. 11, p. 66-71, 2000.

A reforma processual de 2002 – ligeiras anotações. Apelação – Wilson Marques, n. 20, p. 193-204, 2002.

Sustação pelo Tribunal do cumprimento de sentença sujeita a apelação de efeito apenas devolutivo – Sérgio Bermudes, n. 1, p. 64-67, 1998.

APLICAÇÃO DO DIREITO

Aplicação do direito: dogmática jurídica e contexto social – Plauto Faraco de Azevedo, n. 16, p. 165-173, 2001.

Aplicação judicial do Direito – Juízos de verossimilitude e probabilidade – Adolpho C. de Andrade Mello Jr, n. 12, p. 111-117, 2000.

Correção jurisprudencial de leis injustas – Álvaro Henrique Teixeira de Almeida, n. 7, p. 170-208, 1999.

Intérpretes da Constituição – João Batista Berthier Leite Soares, n. 17, p. 154-173, 2002.

ARBITRAGEM

A jurisdição da arbitragem – Luiz Roberto Ayoub, n. 15, p. 189-199, 2001.

Tipologia dos modos de “tratamento” dos conflitos – Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 12, p. 21-28, 2000.

ARGÜIÇÃO DE

INCONSTITUCIONALIDADE

A argüição de inconstitucionalidade nos Tribunais (nova redação do art. 481 do Código de Processo Civil) – Nagib Slaibi Filho, n. 6, p. 148-154, 1999.

ARREMATACÃO

Duplicidade de arrematações – Severiano Aragão, n. 10, p. 143-147, 2000.

ARRENDAMENTO

Arrendamento residencial – Joaquim Antonio de Vizeu Penalva Santos, n. 9, p. 64-70, 2000.

ARROLAMENTO DE BENS

As ações cautelares no direito de família – Wilson Marques, n. 11, p. 72-87, 2000.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Assistência jurídica gratuita. Ligeiras anotações em torno de algumas questões polêmicas – Wilson Marques, n. 3, p. 26-35, 1998.

ASSUNÇÃO DA DÍVIDA

Da assunção de dívida – Luiz Roldão de Freitas Gomes, n. 20, p. 79-90, 2002.

ATO JURÍDICO

Dos defeitos do negócio jurídico no novo Código Civil: fraude, estado de perigo e lesão – Huymberto Theodoro Júnior, n. 20, p. 51-78, 2002.

ATO PROCESSUAL

Dever judicial de adequação do procedimento à pretensão deduzida em juízo – Cristina Gutiérrez, n. 13, p. 107-116, 2001.

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Juizados Especiais Cíveis – Artur Arnildo Ludwig, n. 4, ed. especial, p. 182-187, 1998.

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E

JULGAMENTO

Juizados Especiais Cíveis – Artur Arnildo Ludwig, n. 4, ed. especial, p. 182-187, 1998.

AUXÍLIO-ADOÇÃO

Tutela e adoção remuneradas – Décio Xavier Gama, n. 13, p. 128-131, 2001.

AUXÍLIO-RECLUSÃO

Intérpretes da Constituição – João Batista Berthier Leite Soares, n. 17, p. 154-173, 2002.

BENS IMÓVEIS

Arrendamento residencial – Joaquim Antônio de Vizeu Penalva Santos, n. 9, p. 64-70, 2000.

A repercussão do novo Código Civil sobre a aquisição de bens imóveis pelo Poder Judiciário – Jessé Torres Pereira Junior, n. 20, p. 265-283, 2002.

CANUDOS

Intervenção federal em Canudos – Luiz Fernando Whitaker da Cunha, n. 1, p. 183-186, 1998.

CARTA de princípios de Itaipava, n. 4, ed. especial, p. 261-272, 1998.

CARTÃO DE CRÉDITO

O litigante habitual – Ruy Mendes Pimentel, n. 11, p. 88-94, 2000.

CASAMENTO

A constitucionalização do direito de família na carta política brasileira de 1988 – Áurea Pimentel Pereira, n. 15, p. 48-62, 2001.

Sobre o nome da pessoa humana – Maria Celina Bodin de Moraes, n. 12, p. 48-74, 2000.

CASO EDIFÍCIO PALACE II

A adoção da pena de morte e a tragédia da Barra da Tijuca-Rio – Décio Xavier Gama, n. 1, p. 187-190, 1998.

CAUSA DE PEDIR ver *CAUSA PETENDI*

CAUSA PETENDI

Litispêndência por identidade de causa de pedir – Theophilo Antonio Miguel Filho, n. 15, p. 168-179, 2001.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

Cédula de crédito bancário – Joaquim Antonio de Vizeu Penalva Santos, n. 10, p. 96-102, 2000.

CESSÃO DE DIREITOS

O compromisso de compra e venda como título de propriedade – Melhim Namem Chalhub, n. 6, p. 72-77, 1999.

CHINA

Viagem à China e Tailândia – Manoel Carpena Amorim, n. 11, p. 11-20, 1999.

CIDADANIA

Mercosul: direito, jurisdição, cidadania e democracia – Antônio Rulli Júnior, n. 11, p. 187-206, 2000.

O processo como instrumental de cidadania – Durval Pimenta de Castro Filho, n. 12, p. 208-217, 2000.

CIÊNCIA DO DIREITO

Aplicação do direito: dogmática jurídica e contexto social – Plauto Faraco de Azevedo, n. 16, p. 165-173, 2001.

CITAÇÃO POR EDITAL

Citação editalícia. Revelia. Suspensão do processo. Reflexões – Ronaldo Leite Pedrosa, n. 11, p. 110-115, 2000.

CLASSIFICAÇÃO

A importância da classificação tradicional das ações e o registro de imóveis – Eduardo Sócrates Castanheira Sarmento, n. 13, p. 117-127, 2001.

Taxionomia moderna das marcas (seus atributos intrínsecos – patologia do uso das marcas, consoante a nova lei da propriedade industrial) – Tomaz Henrique Leonardos, n. 10, p. 175-183, 2000.

CLÁUSULA ABUSIVA

Cláusulas abusivas – Luiz Roldão de Freitas Gomes, n. 16, p. 43-51, 2001.

As cláusulas abusivas nos contratos com consumidores no direito brasileiro e no italiano – Luiz Roldão de Freitas Gomes, n. 14, p. 42-50, 2001.

Revisão de contratos pela ilicitude das cláusulas e pela teoria da imprevisão – Severiano Aragão, n. 8, p. 38-41, 1999.

CLÁUSULA DE REAJUSTE CAMBIAL

O Código do consumidor e os contratos financeiros com cláusula de reajuste pela variação cambial do dólar – Sergio Cavalieri Filho, n. 9, p. 71-81, 2000.

Contrato de *leasing* com cláusula de reajuste cambial – Marco Antônio Ibrahim, n. 9, p. 82-97, 2000.

CLÁUSULA PÉTREA

A emenda do Judiciário – “quem garantirá as garantias?” – José Eduardo Nobre Matta, n. 10, p. 189-212, 2000.

CLÁUSULA REBUS SIC STANTIBUS

ver TEORIA DA IMPREVISÃO

CÓDIGO CIVIL, ART. 362

Reconhecimento de paternidade – Manoel Carpena Amorim, n. 9, p. 11-20, 2000.

CÓDIGO CIVIL (2002)

O contrato de mútuo no novo Código Civil – Eduardo Antônio Kläusner, n. 20, p. 169-179, 2002.

Os contratos no novo Código Civil – Luiz Roldão de Freitas Gomes, n. 17, p. 11-23, 2002.

Os direitos da personalidade e o novo Código Civil: questões suscitadas – Luiz Roldão de Freitas Gomes, n. 19, p. 13-22, 2002.

Dos contratos no novo Código Civil – Sylvio Capanema de Souza, n. 20, p. 91-99, 2002.

Dos defeitos do negócio jurídico no novo Código Civil: fraude, estado de perigo e lesão – Humberto Theodoro Júnior, n. 20, p. 51-78, 2002.

A nova família à luz da Constituição Federal, da legislação e do novo Código Civil – Conceição A. Mousnier, n. 20, p. 244-264, 2002.

O novo Código Civil e o Código do Consumidor – convergências ou antinomias? – Sergio Cavalieri Filho, n. 20, p. 100-114, 2002.

A repercussão do novo Código Civil sobre a aquisição de bens imóveis pelo Poder Judiciário – Jessé Torres Pereira Junior, n. 20, p. 265-283, 2002.

CÓDIGO CIVIL, PROJETO

Direito civil constitucional – Luiz Fernando Whitaker da Cunha, n. 2, p. 227-230, 1998.

CÓDIGO DE DEFESA DO

CONSUMIDOR

Algumas reflexões sobre o Código do Consumidor – Manoel Carpena Amorim, n. 12, p. 29-40, 2000.

Aspectos da responsabilidade civil do Código de Defesa do Consumidor – Letícia de Faria Sardas, n. 16, p. 52-59, 2001.

Breves considerações sobre a alternativa de substituição do produto viciado – J.G. Vasi Werner, n. 19, p. 132-143, 2002.

- O Código de Defesa do Consumidor: aspectos sociais – interpretação – Antonio Carlos Esteves Torres, n. 20, p. 234-243, 2002.
- O Código de Defesa do Consumidor e o contrato de seguro – Carlos Roberto Barbosa Moreira, n. 2, p. 20-31, 1998.
- O Código de Defesa do Consumidor e o Direito Econômico – Werson Franco Pereira Rego e Oswaldo Luiz Franco Rego, n. 19, p. 116-131, 2002.
- O Código de Defesa do Consumidor e seus reflexos na teoria geral do direito civil – Sylvio Capanema de Souza, n. 10, p. 68-95, 2000.
- O Código do Consumidor e os contratos financeiros com cláusula de reajuste pela variação cambial do dólar – Sergio Cavalieri Filho, n. 9, p. 71-81, 2000.
- Da inversão do ônus da prova – Rogério de Oliveira Souza, n. 12, p. 81-91, 2000.
- A desconsideração da personalidade da pessoa jurídica no Código de Defesa do Consumidor – eficácia das decisões judiciais - Cristina Teresa Gaulia, n. 18, p. 66-87, 2002.
- A inversão do ônus da prova em favor do consumidor – Alexandre Freitas Câmara, n. 18, p. 88-103, 2002.
- A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor – Cristina Tereza Gaulia, n. 13, p. 88-106, 2001.
- A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor – o momento em que se opera a inversão e outras questões – André Gustavo C. de Andrade, n. 20, p. 141-168, 2002.
- O novo Código Civil e o Código do Consumidor. Convergências ou antinomias? – Sergio Cavalieri Filho, n. 20, p. 100-114, 2002.
- As partes na locação do imóvel urbano em extensão ao Código de Defesa do Consumidor – Celina Cardoso Neiva, n. 14, p. 137-139, 2001.
- O princípio da dimensão coletiva das relações de consumo: reflexos no “processo do consumidor”, especialmente quanto aos danos morais e às conciliações – José Augusto Garcia, n. 2, p. 115-145, 1998.
- Princípios gerais do Código do Consumidor: visão histórica – Jorge de Miranda Magalhães, n. 6, p. 78-97, 1999.
- Propaganda enganosa e abusiva – José Carlos Maldonado de Carvalho, n. 15, p. 120-128, 2001.
- Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor – Heloisa Carpena Vieira de Mello, n. 3, p. 73-83, 1998.
- A responsabilidade civil médico-hospitalar à luz do Código do Consumidor – Sergio Cavalieri Filho, n. 5, p. 87-99, 1999.
- A responsabilidade do incorporador/construtor no Código do Consumidor – Sergio Cavalieri Filho, n.3, p. 84-93, 1998.
- Visão panorâmica da responsabilidade do transportador – Sergio Cavalieri Filho, n. 1, p. 114-121, 1998.
- CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**
- Considerações sobre a apelação no sistema recursal do Código de Processo Civil – Sérgio Bermudes, n. 6, p. 123-131, 1999.
- As novas e boas propostas da reforma – Sálvio de Figueiredo Teixeira, n. 5, p. 39-52, 1999.
- Reformas do CPC em matéria de recursos – José Carlos Barbosa Moreira, n. 13, p. 51-64, 2001.
- CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – ART. 130**
- O juiz ativo para a justiça efetiva – Luiz Felipe da Silva Haddad, n. 16, p. 100-104, 2001.
- CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – ART. 481**
- A argüição de inconstitucionalidade nos Tribunais (nova redação do art. 481 do Código de Processo Civil) – Nagib Slaibi Filho, n. 6, p. 148-154, 1999.

**CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL –
ART. 557**

A nova redação do art. 557 do Código de Processo Civil – Nagib Slaibi Filho, n. 5, p. 127-133, 1999.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

O processo penal brasileiro e o novo impulso pela sua modernização – Sálvio de Figueiredo Teixeira, n. 10, p. 38-44, 2000.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

A responsabilidade civil prevista no Código de Trânsito Brasileiro à luz da Constituição federal – Sergio Cavalieri Filho, n. 6, p. 60-71, 1999.

CÓDIGO FLORESTAL

As alterações do Código Florestal – Francisco Carrera, n. 15, p. 218-223, 2001.

COGNIÇÃO

Técnicas de cognição e efetividade do processo – André Osório Gondinho, n. 8, p. 99-117, 1999.

COISA JULGADA

O garantismo penal e o aditamento à denúncia – Paulo Rangel, n. 13, p. 178-208, 2001.

A interpretação jurídica sob a ótica constitucional – Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 15, p. 79-94, 2001.

Limites subjetivos da coisa julgada nas ações difusas, coletivas e individuais homogêneas – Wilson Marques, n. 15, p. 129-141, 2001.

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO**

Comissões Parlamentares de Inquérito: verdades e fantasias – Alexandre Abraão Dias Teixeira, n. 6, p. 178-185, 1999.

COMMON LAW

Ações de classe. Direito comparado e aspectos processuais relevantes – Humberto Dalla Bernardina de Pinho, n. 18, p. 141-155, 2002.

COMPETÊNCIA

Observações sobre competência jurisdicional – a natureza da competência dos juízos descentralizados – varas estaduais regionais e varas federais do interior

– Wilney Magno de Azevedo Silva, n. 16, p. 225-235, 2001.

CONCILIAÇÃO

Justiça Municipal? – Décio Xavier Gama, n. 6, p. 132-141, 1999.

Pequenas causas: solução encontrada para conflitos de caráter patrimonial e mesmo infracional – Décio Xavier Gama, n. 2, p. 231-233, 1998.

O princípio da dimensão coletiva das relações de consumo: reflexos no “processo do consumidor”, especialmente quanto aos danos morais e às conciliações – José Augusto Garcia, n. 2, p. 115-145, 1998.

Tipologia dos modos de “tratamento” dos conflitos – Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 12, p. 21-28, 2000.

CONCUBINATO

A constitucionalização do direito de família na carta política brasileira de 1988 – Áurea Pimentel Pereira, n. 15, p. 48-62, 2001.

CONCURSO DE PREFERÊNCIA

Do concurso de preferências na execução – Rogério de Oliveira Souza, n. 17, p. 58-77, 2002.

CONCURSO PÚBLICO

Ensino jurídico e concurso público – André Cleófas Uchôa Cavalcanti, n. 18, p. 179-186, 2002.

A formação de magistrados na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ – Manoel Carpena Amorim, n. 2, p. 11-19, 1998.

La formación de jueces del Estado del Rio de Janeiro – Manoel Carpena Amorim, n. 4, ed. especial, p. 249-259, 1998.

Repercussões da Emenda Constitucional nº 19 sobre os concursos para provimento de cargos e empregos públicos – Jessé Torres Pereira Júnior, n. 2, p. 205-226, 1998.

CONDOMÍNIO

Representação do condomínio na Justiça do Trabalho – José Geraldo da Fonseca – n. 13, p. 149-156, 2001.

CONFISCO

O novo I.T.R. e a vedação constitucional do confisco – Ernani de Paiva Simões, n. 5, p. 106-112, 1999.

CONFLITO

Pequenas causas: solução encontrada para conflitos de caráter patrimonial e mesmo infracional – Décio Xavier Gama, n. 2, p. 231-233, 1998.

Polícia e Judiciário: relações e conflitos – João Marcello de Araújo Junior, n. 6, p. 166-177, 1999.

Tipologia dos modos de “tratamento” dos conflitos – Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 12, p. 21-28, 2000.

CONSTITUIÇÃO

Intérpretes da Constituição – João Batista Berthier Leite Soares, n. 17, p. 154-173, 2002.

CONSTITUIÇÃO, BRASIL (1824)

Óptica constitucional – a igualdade e as ações afirmativas – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 18, p. 13-22, 2002.

CONSTITUIÇÃO, BRASIL (1891)

Óptica constitucional – a igualdade e as ações afirmativas – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 18, p. 13-22, 2002.

CONSTITUIÇÃO, BRASIL (1934)

Óptica constitucional – a igualdade e as ações afirmativas – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 18, p. 13-22, 2002.

CONSTITUIÇÃO, BRASIL (1937)

Óptica constitucional – a igualdade e as ações afirmativas – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 18, p. 13-22, 2002.

CONSTITUIÇÃO, BRASIL (1946)

Óptica constitucional – a igualdade e as ações afirmativas – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 18, p. 13-22, 2002.

CONSTITUIÇÃO, BRASIL (1967)

Óptica constitucional – a igualdade e as ações afirmativas – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 18, p. 13-22, 2002.

CONSTITUIÇÃO, BRASIL (1988)

A constitucionalização do direito de família na carta política brasileira de 1988 – Áurea Pimentel Pereira, n. 15, p. 48-62, 2001.

O direito penal na Constituição (1988-1998) – Álvaro Mayrink da Costa, n. 9, p. 141-157, 2000.

A discriminação de rendas na Constituição federal de 1988 e a busca de um novo modelo federativo em mundo marcado pela globalização dos mercados – Ernani de Paiva Simões, n. 12, p. 128-139, 2000.

A nova família à luz da Constituição federal, da legislação e do novo Código Civil – Conceição A. Mousnier, n. 20, p. 244-264, 2002.

Óptica constitucional – a igualdade e as ações afirmativas – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 18, p. 13-22, 2002.

Responsabilidade civil constitucional – Roberto de Abreu e Silva, n. 16, p. 60-72, 2001.

A responsabilidade civil prevista no Código de Trânsito Brasileiro à luz da Constituição federal – Sergio Cavalieri Filho, n. 6, p. 60-71, 1999.

CONSTITUIÇÃO, ESTADOS UNIDOS

A experiência constitucional norte-americana – Guilherme Bollorini Pereira, n. 17, p. 174-191, 2002.

CONSTRUTOR

A responsabilidade do incorporador/construtor no Código do Consumidor – Sergio Cavalieri Filho, n. 3, p. 84-93, 1998.

CONSUMIDOR ver DIREITOS DO CONSUMIDOR

CONTRATO

Arrendamento residencial – Joaquim Antônio de Vizeu Penalva Santos, n. 9, p. 64-70, 2000.

As cláusulas abusivas nos contratos com consumidores no direito brasileiro e no italiano – Luiz Roldão de Freitas Gomes, n. 14, p. 42-50, 2001.

O Código do Consumidor e os contratos financeiros com cláusula de reajuste pela variação cambial do dólar – Sergio Cavalieri Filho, n. 9, p. 71-81, 2000.

Contrato de abertura de crédito e ação monitoria – Luiz Gonzaga dos Santos, n. 3, p. 110-115, 1998.

Contrato de *leasing* com cláusula de reajuste cambial – Marco Antônio Ibrahim, n. 9, p. 82-97, 2000.

Contrato de *shopping center* – Guilherme Calmon Nogueira da Gama, n. 8, p. 187-227, 2002.

Os contratos no novo Código Civil – Luiz Roldão de Freitas Gomes, n. 17, p. 11-23, 2002.

Do “equivalente em dinheiro” nas ações de depósito em contratos de alienação fiduciária – Rogério de Oliveira Souza, n. 10, p. 113-117, 2000.

Dos contratos no novo Código Civil – Sylvio Capanema de Souza, n. 20, p. 91-99, 2002.

Leasing – A diferença entre VRG (Valor residual de garantia) e preço da opção de compra no contrato e sua descaracterização pela antecipação de valor residual – Marco Antonio Ibrahim, n. 15, p. 180-188, 2001.

Revisão de contratos pela ilicitude das cláusulas e pela teoria da imprevisão – Severiano Aragão, n. 8, p. 38-41, 1999.

CONTRATO BANCÁRIO

Endosso-mandato e extravio de títulos – Letícia de Faria Sardas, n. 3, p. 148-155, 1998.

CONTRATO DE CÂMBIO

Contrato de câmbio. Aspectos jurídico-processuais – Décio Xavier Gama, n. 3, p. 102-109, 1998.

Protesto silencioso – Décio Xavier Gama, n. 5, p. 123-126, 1999.

CONTRATO DE MÚTUO

O contrato de mútuo no novo Código Civil – Eduardo Antônio Kläusner, n. 20, p. 169-179, 2002.

CONTRATO DE SEGURO

O Código de Defesa do Consumidor e o contrato de seguro – Carlos Roberto Barbosa Moreira, n. 2, p. 20-31, 1998.

CONTRATO ELETRÔNICO

Internet e contrato eletrônico – Semy Glanz, n. 3, p. 94-101, 1998.

CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE

Apontamentos sobre jurisdição constitucional – Adolpho C. de Andrade Mello Jr., n. 11, p. 95-109, 2000.

Breve história do controle de constitucionalidade – Nagib Slaibi Filho, n. 20, p. 284-319, 2002.

Incidente de inconstitucionalidade – alcance da norma contida no art. 481, parágrafo único do CPC, acrescentado pela lei 9.756/98 – Sidney Hartung Buarque, n. 19, p. 90-95, 2002.

CONTROLE EXTERNO

Breves considerações a respeito da reforma e controle do Poder Judiciário – Glaucenir Silva de Oliveira, n. 6, p. 186-196, 1999.

Reforma do Poder Judiciário – Pedro Montenegro Barbosa, n. 7, p. 161-169, 1999.

CONTROLE JURISDICIONAL

A emenda do Judiciário – “quem garantirá as garantias?”- José Eduardo Nobre Matta, n. 10, p. 189-212, 2000.

A evolução do controle de normas no direito brasileiro – Thiago Ragonha Varela, n. 18, p. 165-178, 2002.

COSTA, Alfredo Araujo Lopes da

Lopes da Costa e o processo civil brasileiro – Sálvio de Figueiredo Teixeira, n. 11, p. 43-65, 2000.

CPI ver COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRÉDITO

Responsabilidade civil das instituições financeiras pela má concessão do crédito – Semy Glanz, n. 2, p. 105-114, 1998.

CREDOR

Protesto silencioso – Décio Xavier Gama, n. 5, p. 123-126, 1999.

A responsabilidade do credor pela execução – Rogério de Oliveira Souza, n. 18, p. 156-164, 2002.

CRIANÇA

O Fórum da Criança e do Adolescente – Alyrio Cavallieri, n. 1, p. 158-160, 1998.

CRIME ECOLÓGICO

Responsabilidade penal da pessoa jurídica – Manoel Carpena Amorim, n. 10, p. 23-37, 2000.

CRIME FALIMENTAR

Crime falimentar – Álvaro Mayrink da Costa, n. 12, p. 143-183, 2000.

CRIME HEDIONDO

A interpretação jurídica sob a ótica constitucional – Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 15, p. 79-94, 2001.

CRISE ECONÔMICA

Direito da crise econômica da empresa – Jorge Lobo, n. 3, p. 156-197, 1998.

CULPA

O papel da culpa na separação e no divórcio – Gustavo Tepedino, n. 2, p. 32-50, 1998.

CURADOR ESPECIAL

O papel do curador especial no processo civil – Wilson Marques, n. 5, p. 117-122, 1999.

CUSTAS

O valor da causa e as custas iniciais no mandado de segurança – Leonardo Greco, n. 16, p. 105-120, 2001.

CUSTO BRASIL

A estabilidade do Direito e o custo Brasil – Arnoldo Wald, n. 8, p. 118-128, 1999.

CUSTO SOCIAL

O custo social de uma legislação penal excessivamente liberal – Sergio Demoro Hamilton, n. 17, p. 219-233, 2002.

DANO

O dano – responsabilidade civil – Adolpho C. de Andrade Mello Junior, n. 9, p. 46-51, 2000.

Propaganda enganosa e abusiva – José Carlos Maldonado de Carvalho, n. 15, p. 120-128, 2001.

Responsabilidade civil por danos causados por remédios – Sergio Cavalieri Filho, n. 8, p. 11-20, 1999.

DANO ESTÉTICO

Avanços da doutrina e jurisprudência do dano moral – Severiano Aragão, n. 5, p. 100-105, 1999.

DANO MORAL

Avanços da doutrina e jurisprudência do dano moral – Severiano Aragão, n. 5, p. 100-105, 1999.

Dano moral e pedido genérico de indenização – André Gustavo C. de Andrade, n. 10, p. 45-67, 2000.

O dano moral resultante do divórcio ou da separação injusta e o seu ressarcimento – Luiz Murillo Fábregas, n. 6, p. 98-111, 1999.

Direito ao respeito – Marco Antonio Ibrahim, n. 14, p. 134-136, 2001.

Direito autoral e responsabilidade civil – Sergio Cavalieri Filho, n. 13, p. 43-50, 2001.

A indenização por dano moral e o imposto de renda – Eduardo Sócrates Castanheira Sarmento, n. 12, p. 118-127, 2000.

O princípio da dimensão coletiva das relações de consumo: reflexos no “processo do consumidor”, especialmente quanto aos danos morais e às conciliações – José Augusto Garcia, n. 2, p. 115-145, 1998.

Responsabilidade por dano não-patrimonial a interesse difuso (dano moral coletivo) – Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 9, p. 21-42, 2000.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Momento de eficácia na decisão interlocutória – Alexandre Freitas Câmara, n. 3, p. 54-72, 1998.

DECISÃO JUDICIAL

A decisão judicial – Carlos Alberto Menezes Direito, n. 11, p. 24-42, 2000.

Mandamentalidade e auto-executoriedade das decisões judiciais – Ovídio Baptista da Silva, n. 18, p. 23-34, 2002.

DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

A argüição de inconstitucionalidade nos Tribunais (nova redação do art. 481, do Código de Processo Civil) – Nagib Slaibi Filho, n. 6, p. 148-154, 1999.

DEFESA DO CONSUMIDOR ver DIREITOS DO CONSUMIDOR **DELAÇÃO**

O livre convencimento do juiz e as garantias constitucionais do processo penal – Uadi Lammêgo Bulos, n. 12, p. 184-198, 2000.

DEMOCRACIA

Democracia e acesso à Justiça – Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, n. 1, p. 161-170, 1998.

Ética e democracia na administração da justiça – Willis Santiago Guerra Filho, n. 14, p. 152-161, 2001.

Mercosul: direito, jurisdição, cidadania e democracia – Antônio Rulli Júnior, n. 11, p. 187-206, 2000.

DENÚNCIA

O garantismo penal e o aditamento à denúncia – Paulo Rangel, n. 13, p. 178-208, 2001.

A técnica da denúncia – Sergio Demoro Hamilton, n. 19, p. 207-239, 2002.

DEONTOLOGIA JURÍDICA

Da natureza jurídica do compromisso do advogado – Edson Viana de Mattos, n. 10, p. 184-188, 2000.

DEPOSITÁRIO INFIEL

Alienação fiduciária em garantia – uma visão crítica – Luiz Roberto Ayoub, n. 14, p. 78-86, 2001.

DEPÓSITO RECURSAL

O depósito recursal no Juizado Especial Cível – Fábio Dutra, n. 7, p. 111-125, 1999.

DESAPROPRIAÇÃO

O compromisso de compra e venda como título de propriedade – Melhim Namem Chalhub, n. 6, p. 72-77, 1999.

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

A desconsideração da personalidade da pessoa jurídica no Código de Defesa do Consumidor – eficácia das decisões judiciais - Cristina Tereza Gaulia, n. 18, p. 66-87, 2002.

Desconsideração da personalidade jurídica – Manoel Carpena Amorim, n. 8, p. 54-68, 1999.

Sociedade anônima, subcapitalização, desconsideração da personalidade jurídica da sociedade anônima – Joaquim Antonio de Vizeu Penalva Santos, n. 14, p. 74-77, 2001.

DESPACHO LIMINAR

Impugnação do despacho liminar da execução: agravo, exceção de pré-executividade ou embargos? – Geraldo da Silva Baptista Júnior, n. 16, p. 121-126, 2001.

DESVIO DE CONDUTA

Comportamentos de desvio, os crimes e as penas – Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 19, p. 23-26, 2002.

DETRAN

A responsabilidade civil prevista no Código de Trânsito Brasileiro à luz da Constituição federal, Sergio Cavalieri Filho, n. 6, p. 60-71, 1999.

DEVEDOR

A natural inferioridade do devedor no processo de execução – Nagib Slaibi Filho, n. 1, p. 58-63, 1998.

Penhora, depósito e prisão do devedor – Rogério de Oliveira Souza, n. 15, p. 157-167, 2001.

DEVERES HUMANOS

O Poder Judiciário e os deveres humanos – Antônio Rulli Junior, n. 4, ed. especial, p. 31-47, 1998.

O Poder Judiciário e os deveres humanos – Benedito Silvério Ribeiro, n. 4, ed. especial, p. 23-30, 1998.

O Poder Judiciário e os deveres humanos – Cristovan Daiello Moreira, n. 4, ed. especial, p. 48-54, 1998.

DEVIDO PROCESSO LEGAL

A cláusula do devido processo legal e a garantia de instância do parágrafo 1º, do art. 126, da Lei 8.213/91 – José Eduardo Nobre Matta, n. 11, p. 116-130, 2000.

O livre convencimento do juiz e as garantias constitucionais do processo penal – Uadi Lammêgo Bulos, n. 12, p. 184-198, 2000.

As multas de trânsito e o *due process of law* – Nagib Slaibi Filho, n. 19, p. 27-45, 2002.

DIREITO

Direito, justiça, moral e ética – Áurea Pimentel Pereira, n.13, p. 132-134, 2001.

Direito, justiça e sociedade – Sergio Cavalieri Filho, n. 18, p. 58-65, 2002.

DIREITO À INFORMAÇÃO

Lei da mordaza e direito de informação – mídia e justiça – Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 11, p. 131-146, 2000.

DIREITO À PRIVACIDADE

Direito à privacidade – Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 2, p. 51-76, 1998.

DIREITO À PRÓPRIA IMAGEM

Direito autoral – reproduções da obra. A gravação de imagem e voz do entrevistado. Proteção – Décio Xavier Gama, n. 8, p. 32-37, 1999.

DIREITO ALTERNATIVO

Pode existir direito alternativo? – Luiz Machado, n. 18, p. 238-244, 2002.

DIREITO AMERICANO

Ações de classe. Direito comparado e aspectos processuais relevantes – Humberto Dalla Bernardina de Pinho, n. 18, p. 141-155, 2002.

DIREITO AUTORAL

Direito autoral e responsabilidade civil – Sergio Cavalieri Filho, n. 13, p. 43-50, 2001.

Direito autoral – reproduções da obra. A gravação de imagem e voz do entrevistado. Proteção – Décio Xavier Gama, n. 8, p. 32-37, 1999.

O direito de autor no ciberespaço – José Oliveira Ascensão, n. 7, p. 21-43, 1999.

DIREITO CIVIL

Direito civil constitucional – Luiz Fernando Whitaker da Cunha, n. 2, p. 227-230, 1998.

DIREITO COMPARADO

Ações de classe. Direito comparado e aspectos processuais relevantes – Humberto Dalla Bernardina de Pinho, n. 18, p. 141-155, 2002.

As cláusulas abusivas nos contratos com consumidores no direito brasileiro e no italiano – Luiz Roldão de Freitas Gomes, n. 14, p. 42-50, 2001.

Eleição direta para o STF?! - Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza, n. 18, p. 245-247, 2002.

Eleições para juiz de direito? – Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza, n. 13, p. 209-211, 2001.

A empresa: novo instituto jurídico – Jorge Lobo, n. 17, p. 94-110, 2002.

Momento de eficácia na decisão interlocutória – Alexandre Freitas Câmara, n. 3, p. 54-72, 1998.

DIREITO COMUNITÁRIO

O mercado único e as fontes do direito privado europeu – Alfredo Calderale, n. 14, p. 11-33, 2001.

Mercosul: direito, jurisdição, cidadania e democracia – Antonio Rulli Júnior, n. 11, p. 187-206, 2000.

DIREITO CONSTITUCIONAL

A experiência constitucional norte-americana – Guilherme Bollorini Pereira, n. 17, p. 174-191, 2002.

Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro – Luis Roberto Barroso, n. 15, p. 11-47, 2001.

Hermenêutica constitucional – Nagib Slaibi Filho, n. 16, p. 73-99, 2001.

DIREITO DE FAMÍLIA

As ações cautelares no direito de família – Wilson Marques, n. 11, p. 72-87, 2000.

A constitucionalização do direito de família na carta política brasileira de 1988 – Áurea Pimentel Pereira, n. 15, p. 48-62, 2001.

Da promessa de doação no direito de família – Maria Stella Villela Souto Lopes Rodrigues, n. 8, p. 21-31, 1999.

A nova família à luz da Constituição Federal, da legislação e do novo Código Civil – Conceição A. Mousnier, n. 20, p. 244-264, 2002.

A tutela de urgência na jurisdição de família. Cautelares. Tutela antecipada – Luiz Fux, n. 14, p. 51-61, 2001.

DIREITO DE GREVE

Intérpretes da Constituição – João Batista Berthier Leite Soares, n. 17, p. 154-173, 2002.

DIREITO DE VISITA

As ações cautelares no direito de família – Wilson Marques, n. 11, p. 72-87, 2000.

DIREITO ECONÔMICO

O Código de Defesa do Consumidor e o Direito Econômico – Werson Franco Pereira Rego e Oswaldo Luiz Franco Rego, n. 19, p. 116-131, 2002.

DIREITO ITALIANO

As cláusulas abusivas nos contratos com consumidores no direito brasileiro e no italiano – Luiz Roldão de Freitas Gomes, n. 14, p. 42-50, 2001.

Público e privado no processo civil na Itália – Andrea Proto Pisani, n. 16, p. 23-42, 2001.

DIREITO PENAL

O direito penal na Constituição (1988-1998) – Álvaro Mayrink da Costa, n. 9, p. 141-157, 2000.

Reforma penal – visão metodológica, comparatista e histórica na busca de um endereço realístico – Álvaro Mayrink da Costa, n. 16, p. 192-205, 2001.

DIREITO PORTUGUÊS

O direito português em 1500 – Luiz Fernando Whitaker da Cunha, n. 10, p. 213-215, 2000.

DIREITO POSITIVO

Aplicação do direito: dogmática jurídica e contexto social – Plauto Faraco de Azevedo, n. 16, p. 165-173, 2001.

Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro – Luis Roberto Barroso, n. 15, p. 11-47, 2001.

O pensamento tópico – a contribuição de Viehweg para a jusfilosofia pós-positivista – José Eduardo Nobre Matta, n. 15, p. 210-217, 2001.

DIREITO PRIVADO

O mercado único e as fontes do direito privado europeu – Alfredo Calderale, n. 14, p. 11-33, 2001.

DIREITOS CONEXOS

Direito autoral – reproduções da obra. A gravação de imagem e voz do entrevistado. Proteção – Décio Xavier Gama, n. 8, p. 32-37, 1999.

DIREITOS DA MULHER

A constitucionalização do direito de família na carta política brasileira de 1988 – Áurea Pimentel Pereira, n. 15, p. 48-62, 2001.

A proteção internacional aos direitos da mulher – Marianna Montebello, n. 11, p. 155-170, 2000.

DIREITOS DA PERSONALIDADE

Os direitos da personalidade e o novo Código Civil – questões suscitadas – Luiz Roldão de Freitas Gomes, n. 19, p. 13-22, 2002.

Lei da mordaza e direito de informação – mídia e justiça – Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 11, p. 131-146, 2000.

Sobre o nome da pessoa humana – Maria Celina Bodin de Moraes, n. 12, p. 48-74, 2000.

DIREITOS DO CONSUMIDOR

Algumas reflexões sobre o Código do Consumidor – Manoel Carpena Amorim, n. 12, p. 29-40, 2000.

Aspectos da responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor – Letícia de Faria Sardas, n. 16, p. 52-59, 2001.

- Breves considerações sobre a alternativa de substituição do produto viciado – J.G. Vasi Werner, n. 19, p. 132-143, 2002.
- As cláusulas abusivas nos contratos com consumidores no direito brasileiro e no italiano – Luiz Roldão de Freitas Gomes, n. 14, p. 42-50, 2001.
- O Código de Defesa do Consumidor: aspectos sociais – interpretação – Antonio Carlos Esteves Torres, n. 20, p. 234-243, 2002.
- O Código de Defesa do Consumidor e seus reflexos na teoria geral do direito civil – Sylvio Capanema de Souza, n. 10, p. 68-95, 2000.
- O Código do Consumidor e os contratos financeiros com cláusula de reajuste pela variação cambial do dólar – Sergio Cavalieri Filho, n. 9, p. 71-81, 2000.
- Da inversão do ônus da prova – Rogério de Oliveira Souza, n. 12, p. 81-91, 2000.
- A inversão do ônus da prova em favor do consumidor – Alexandre Freitas Câmara, n. 18, p. 88-103, 2002.
- Onovo Código Civil e o Código do consumidor. Convergências ou antinomias? – Sergio Cavalieri Filho, n. 20, p. 100-114, 2002.
- O princípio da dimensão coletiva das relações de consumo: reflexos no “processo do consumidor”, especialmente quanto aos danos morais e às conciliações – José Augusto Garcia, n. 2, p. 115-145, 1998.
- Princípios gerais do Código do Consumidor: visão histórica – Jorge de Miranda Magalhães, n. 6, p. 78-97, 1999.
- Publicidade enganosa por omissão – aspectos comparativos do direito luso-brasileiro – Arthur Narciso de Oliveira Neto, n. 20, p. 210-233, 2002.
- Responsabilidade civil constitucional – Roberto de Abreu e Silva, n. 16, p. 60-72, 2001.
- Responsabilidade civil das instituições financeiras pela má concessão de crédito – Semy Glanz, n. 2, p. 105-114, 1998.
- Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor - Heloisa Carpena Vieira de Mello, n. 3, p. 73-83, 1998.
- DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS**
- A cláusula do devido processo legal e a garantia de instância do parágrafo 1º, do art. 126, da Lei 8.213/91 – José Eduardo Nobre Matta, n. 11, p. 116-130, 2000.
- A emenda do Judiciário – “quem garantirá as garantias?” – José Eduardo Nobre Matta, n. 10, p. 189-212, 2000.
- Responsabilidade civil constitucional – Roberto de Abreu e Silva, n. 16, p. 60-72, 2001.
- DIREITOS HUMANOS**
- Garantias constitucionales del trabajador en Brasil – Paulo Orval P. Rodrigues, n. 4, ed. especial, p. 116-121, 1998.
- El Poder Judicial y los derechos humanos - Alberto Chaigneau del Campo, n. 4, ed. especial, p. 100-115, 1998.
- El Poder Judicial y los derechos humanos - Marcos Ibazeta Marino, n. 4, ed. especial, p. 55-69, 1998.
- O Poder Judiciário e os direitos humanos - Alberto Nogueira, n. 4, ed. especial, p. 79-99, 1998.
- O Poder Judiciário e os direitos humanos – Pedro Luiz Ricardo Gagliardi, n. 4, ed. especial, p. 70-78, 1998.
- A prestação jurisdicional e a efetividade dos direitos declarados – Carlos Alberto Menezes Direito, n. 1, p. 141-146, 1998.
- A proteção internacional aos direitos da mulher – Marianna Montebello, n. 11, p. 155-170, 2000.
- DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**
- A discriminação de rendas na Constituição federal de 1988 e a busca de um novo modelo federativo em mundo marcado pela globalização dos mercados – Ernani de Paiva Simões, n. 12, p. 128-139, 2000.

DIVÓRCIO

O dano moral resultante do divórcio ou da separação injusta e o seu ressarcimento – Luiz Murillo Fábregas, n. 6, p. 98-111, 1999.

O papel da culpa na separação e no divórcio – Gustavo Tepedino, n. 2, p. 32-50, 1998.

Sobre o nome da pessoa humana – Maria Celina Bodin de Moraes, n. 12, p. 48-74, 2000.

DOAÇÃO

Da promessa de doação no direito de família – Maria Stella Villela Souto Lopes Rodrigues, n. 8, p. 21-31, 1999.

DOGMÁTICA JURÍDICA

Aplicação do direito: dogmática jurídica e contexto social – Plauto Faraco de Azevedo, n. 16, p. 165-173, 2001.

DNA ver EXAME DE DNA

DUALISMO

Monismo e dualismo no Brasil: uma dicotomia afinal irrelevante – Gustavo Binenbojm, n. 9, p. 180-195, 2000.

DUPLICATA

Duplicata – aspectos jurídicos e discussões atuais – Ronald Amaral Sharp Junior, n. 14, p. 87-94, 2001.

DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO

O depósito recursal no Juizado Especial Cível – Fábio Dutra, n. 7, p. 111-125, 1999.

ECONOMIA

A discriminação de rendas na Constituição federal de 1988 e a busca de um novo modelo federativo em mundo marcado pela globalização dos mercados – Ernani de Paiva Simões, n. 12, p. 128-139, 2000.

EDUCAÇÃO

A educação como direito fundamental – Maria Cristina de Brito Lima, n. 13, p. 212-233, 2001

A prevenção pela educação – João de Deus Lacerda Menna Barreto, n. 2, p. 98-104, 1998.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O meio ambiente, os poderes do Estado e a educação ambiental – Maria Collares Felipe da Conceição, n. 12, p. 41-47, 2000.

EFEITO DEVOLUTIVO

Considerações sobre a apelação no sistema recursal do Código de Processo Civil – Sérgio Bermudes, n. 6, p. 123-131, 1999.

Sustação pelo Tribunal do cumprimento de sentença sujeita a apelação de efeito apenas devolutivo – Sérgio Bermudes, n. 1, p. 64-67, 1998.

EFEITO SUSPENSIVO

Considerações sobre a apelação no sistema recursal do Código de Processo Civil – Sérgio Bermudes, n. 6, p. 123-131, 1999.

Considerações sobre o efeito suspensivo dos recursos cíveis – Sérgio Bermudes, n. 11, p. 66-71, 2000.

Sustação pelo Tribunal do cumprimento de sentença sujeita a apelação de efeito apenas devolutivo – Sérgio Bermudes, n. 1, p. 64-67, 1998.

EFEITO VINCULANTE

A argüição de inconstitucionalidade nos Tribunais (nova redação do art. 481 do Código de Processo Civil) – Nagib Slaibi Filho, n. 6, p. 148-154, 1999.

ELEIÇÃO

Eleição direta para o STF?! – Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza, n. 18, p. 245-247, 2002.

Eleições para juiz de direito? – Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza, n. 13, p. 209-211, 2001.

Juizados especiais municipais com juízes eleitos – uma proposta – Gabriel de Oliveira Zefiro, n. 14, p. 95-106, 2001.

EMBARGOS À EXECUÇÃO

Exceção de pré-executividade e a dispensa de segurança do juízo nos embargos à execução – Sergio Bermudes, n. 18, p. 35-44, 2002.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Eles, os recursos, vistos por um advogado (reflexões em matéria de recursos cíveis) – Carlos Roberto Barbosa Moreira, n. 18, p. 45-57, 2002.

EMBARGOS DO DEVEDOR

Dos limites da exceção de pré-executividade – Rogério de Oliveira Souza, n. 7, p. 126-135, 1999.

Os embargos do devedor no Juizado Especial Cível – Rogério de Oliveira Souza, n. 5, p. 134-149, 1999.

Impugnação do despacho liminar da execução: agravo, exceção de pré-executividade ou embargos? – Geraldo da Silva Baptista Júnior, n. 16, p. 121-126, 2001.

A responsabilidade do credor pela execução – Rogério de Oliveira Souza, n. 18, p. 156-164, 2002.

EMBARGOS INFRINGENTES

Novas vicissitudes dos embargos infringentes – José Carlos Barbosa Moreira, n. 20, p. 180-192, 2002.

EMENDA CONSTITUCIONAL

A emenda do Judiciário – “quem garantirá as garantias?” – José Eduardo Nobre Matta, n. 10, p. 189-212, 2000.

EMENDA CONSTITUCIONAL 14, 1996

A educação como direito fundamental – Maria Cristina de Brito Lima, n. 13, p. 212-233, 2001.

EMENDA CONSTITUCIONAL 19, 1998

Repercussões da Emenda Constitucional nº 19 sobre os concursos para provimento de cargos e empregos públicos – Jessé Torres Pereira Junior, n. 2, p. 205-226, 1998.

EMERJ

A formação de magistrados na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ – Manoel Carpena Amorim, n. 2, p. 11-19, 1998.

La formación de jueces del Estado del Rio de Janeiro – Manoel Carpena Amorim, n. 4, ed. especial, p. 249-259, 1998.

EMPRESA

Direito da crise econômica da empresa – Jorge Lobo, n. 3, p. 156-197, 1998.

A empresa: novo instituto jurídico – Jorge Lobo, n. 17, p. 94-110, 2002.

O novo projeto de recuperação da empresa – Paulo Penalva Santos, n. 7, p. 44-58, 1999.

ENDOSSO-MANDATO

Endosso-mandato e extravio de títulos – Letícia de Faria Sardas, n. 3, p. 148-155, 1998.

ENSINO JURÍDICO

Breves considerações sobre o ensino da ética nas escolas de direito – José Eduardo Nobre Matta, n. 16, p. 236-247, 2001.

Ensino jurídico e concurso público – André Cleófas Uchôa Cavalcanti, n. 18, p. 179-186, 2002.

O novo ensino jurídico – Luiz Fux, n. 9, p. 174-179, 2000.

Uma nova visão do universo jurídico – Luiz Fux, n. 15, p. 142-156, 2001.

ENSINO SUPERIOR

A Universidade: compromisso com a excelência e instrumento de transformação – Sálvio de Figueiredo Teixeira, n. 12, p. 11-20, 2000.

ESCUTA TELEFÔNICA

O grampeamento e a Constituição – Osny Duarte Pereira, n. 5, p. 53-59, 1999.

ESTADO DE PERIGO

Dos defeitos do negócio jurídico no novo Código Civil: fraude, estado de perigo e lesão – Humberto Theodoro Júnior, n. 20, p. 51-78, 2002.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O fórum da criança e do adolescente – Alyrio Cavallieri, n. 1, p. 158-160, 1998.

Tutela e adoção remuneradas – Décio Xavier Gama, n. 13, p. 128-131, 2001.

ÉTICA

Breves considerações sobre o ensino da ética nas escolas de direito – José Eduardo Nobre Matta, n. 16, p. 236-247, 2001.

Direito, justiça, moral e ética – Áurea Pimentel Pereira, n. 13, p. 132-134, 2001.

Ética e democracia na administração da Justiça – Willis Santiago Guerra Filho, n. 14, p. 152-161, 2001.

A importância de um Código de Ética (*franchising*) – Luiz Felizardo Barroso, n. 9, p. 158-173, 2000.

O resgate da ética na publicidade – Luiz Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 3, p. 127-147, 1998.

EXAME DE DNA

DNA, a fronteira da verdade? Manoel Carpena Amorim, n. 1, p. 101-106, 1998.

A interpretação jurídica sob a ótica constitucional – Luiz Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 15, p. 79-94, 2001.

Algumas reflexões sobre a obrigatoriedade do exame de DNA nas ações que investigam o parentesco – Claudia de Almeida Nogueira, n. 17, p. 192-218, 2002.

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

Dos limites da exceção de pré-executividade – Rogério de Oliveira Souza, n. 7, p. 126-135, 1999.

Exceção de pré-executividade: alcance e limites – Geraldo da Silva Batista Júnior, n. 19, p. 144-159, 2002.

Exceção de pré-executividade e a dispensa de segurança do juízo nos embargos à execução – Sergio Bermudes, n. 18, p. 35-44, 2002.

Impugnação do despacho liminar da execução: agravo, exceção de pré-executividade ou embargos? – Geraldo da Silva Batista Júnior, n. 16, p. 121-126, 2001.

EXECUÇÃO

Do concurso de preferências na execução – Rogério de Oliveira Souza, n. 17, p. 58-77, 2002.

Dos limites da exceção de pré-executividade – Rogério de Oliveira Souza, n. 7, p. 126-135, 1999.

Exceção de pré-executividade e a dispensa de segurança do juízo nos embargos à execução – Sergio Bermudes, n. 18, p. 35-44, 2002.

Execução nos Juizados Especiais Cíveis – Luis Felipe Salomão, n. 10, p. 153-174, 2000.

Impugnação do despacho liminar da execução: agravo, exceção de pré-executividade ou embargos? – Geraldo da Silva Baptista Júnior, n. 16, p. 121-126, 2001.

Mandamentalidade e auto-executoriedade das decisões judiciais – Ovídio Baptista da Silva, n. 18, p. 23-34, 2002.

A natural inferioridade do devedor no processo de execução – Nagib Slaibi Filho, n. 1, p. 58-63, 1998.

O processo civil no terceiro milênio – Sergio Bermudes, n. 7, p. 92-100, 1999.

A reforma do processo de execução – Leonardo Greco, n. 1, p. 68-83, 1998.

A responsabilidade do credor pela execução – Rogério de Oliveira Souza, n. 18, p. 156-164, 2002.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

Execução de sentença de condenação no pagamento de alimentos – aspectos polêmicos – Wilson Marques, n. 7, p. 101-110, 1999.

EXECUÇÃO FISCAL

A Súmula 189 do STJ e o interesse público justificador da intervenção do Ministério Público no processo civil – José Eduardo Nobre Matta, n. 12, p. 92-110, 2000.

EXECUÇÃO PENAL

Reflexões críticas e propostas para a execução penal – Álvaro Mayrink da Costa, n. 3, p. 116-126, 1998.

FACTORING

Endosso-mandato e extravio de títulos – Letícia de Faria Sardas, n. 3, p. 148-155, 1998.

FALÊNCIA

Crime falimentar – Álvaro Mayrink da Costa, n. 12, p. 143-183, 2000.

O novo projeto de recuperação da empresa – Paulo Penalva Santos, n. 7, p. 44-58, 1999

Pressupostos da quebra – Jorge Lobo, n. 6, p. 112-122, 1999.

FAZENDA PÚBLICA

A efetividade do processo nas ações contra a Fazenda Pública – Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos, n. 16, p. 133-149, 2001.

FEDERALISMO

A experiência constitucional norte-americana – Guilherme Bollorini Pereira, n. 17, p. 174-191, 2002.

Pacto federativo: aspectos atuais – José dos Santos Carvalho Filho, n. 15, p. 200-209, 2001.

FILIAÇÃO

Critérios determinantes da relação de filiação no direito contemporâneo – Julieta Lídia Lunz, n. 19, p. 108-115, 2002.

FILOSOFIA DO DIREITO

Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro – Luis Roberto Barroso, n. 15, p. 11-47, 2001.

O pensamento tópico – a contribuição de Viehweg para a jusfilosofia pós-positivista – José Eduardo Nobre Matta, n. 15, p. 210-217, 2001.

FORNECEDOR

Aspectos da responsabilidade civil do Código de Defesa do Consumidor – Letícia de Faria Sardas, n. 16, p. 52-59, 2001.

O Código de Defesa do Consumidor e seus reflexos na teoria geral do direito civil – Sylvio Capanema de Souza, n. 10, p. 68-95, 2000.

Responsabilidade civil por danos causados por remédios – Sergio Cavalieri Filho, n. 8, p. 11-20, 1999.

FORO

Observações sobre competência jurisdicional – a natureza da competência dos juízos descentralizados – varas estaduais regionais e varas federais do interior – Wilney Magno de Azevedo Silva, n. 16, p. 225-235, 2001.

FRANQUIA COMERCIAL

A importância de um Código de Ética (*franchising*) – Luiz Felizardo Barroso, n. 9, p. 158-173, 2000.

FRAUDE

Dos defeitos do negócio jurídico no novo Código Civil: fraude, estado de perigo e lesão – Humberto Theodoro Júnior, n. 20, p. 51-78, 2002

FUNÇÃO JURISDICIONAL

Observações sobre competência jurisdicional – a natureza da competência dos juízos descentralizados – varas estaduais regionais e varas federais do interior – Wilney Magno de Azevedo Silva, n. 16, p. 225-235, 2001.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Prescrição e direitos estatutários do servidor público. Imprescritibilidade de fundo do direito – princípio da legalidade – José Eduardo Carreira Alvim, n. 20, p. 205-209, 2002.

Tutela e adoção remuneradas – Décio Xavier Gama, n. 13, p. 128-131, 2001.

GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

Disposiciones constitucionales referidas a las garantías e impedimentos funcionales de la magistratura - Juan Guzmán Tapia, n. 4, ed. especial, p. 142-152, 1998.

Garantías constitucionales del trabajador en Brasil – Paulo Orval P. Rodrigues, n. 4, ed. especial, p. 116-121, 1998.

Garantias e impedimentos constitucionais funcionais da magistratura - Antonio Carlos Viana Santos, n. 4, ed. especial, p. 153-165, 1998.

Garantías e impedimentos constitucionales funcionales de la magistratura: experiencia boliviana - Guillermo Arancibia López, n. 4, ed. especial, p. 129-141, 1998.

Garantías e impedimentos constitucionales funcionales de la magistratura – Luis Alberto Absi, n. 4, ed. especial, p. 166-181, 1998.

O livre convencimento do juiz e as garantias constitucionais do processo penal – Uadi Lammêgo Bulos, n. 12, p. 184-198, 2000.

GARANTIAS REAIS

Considerações sobre a cumulação das garantias pessoais e reais, na alienação fiduciária – Sylvio Capanema de Souza, n. 17, p. 53-57, 2002.

GLOBALIZAÇÃO

A discriminação de rendas na Constituição federal de 1988 e a busca de um novo modelo federativo em mundo marcado pela globalização dos mercados – Ernani de Paiva Simões, n. 12, p. 128-139, 2000.

Fim de século – Luiz Gonzaga Belluzzo, n. 8, p. 144-156, 1999.

Globalização, crise e reforma do Estado brasileiro – Pedro de Oliveira Figueiredo, n. 2, p. 146-191, 1998.

Sentença estrangeira e globalização: acesso à justiça e cooperação internacional – Antonio do Passo Cabral, n. 16, p. 206-224, 2001.

GUARDA DE MENOR

Tutela e adoção remuneradas – Décio Xavier Gama, n. 13, p. 128-131, 2001.

GUARDA DOS FILHOS

As ações cautelares no direito de família – Wilson Marques, n. 11, p. 72-87, 2000.

HABEAS DATA

O *habeas data* brasileiro e sua lei regulamentadora – José Carlos Barbosa Moreira, n. 1, p. 16-37, 1998.

HERANÇA JACENTE

Herança jacente e herança vacante – Simão Isaac Benjó, n. 5, p. 66-86, 1999.

HERANÇA VACANTE

Herança jacente e herança vacante – Simão Isaac Benjó, n. 5, p. 66-86, 1999.

HERMENÊUTICA

Aspectos atuais da aplicação da norma jurídica – Luiz Roldão de Freitas Gomes, n. 13, p. 22-39, 2001.

A decisão judicial – Carlos Alberto Menezes Direito, n. 11, p. 24-42, 2000.

Hermenêutica constitucional – Nagib Slaibi Filho, n. 16, p. 73-99, 2001.

A obra de criação do direito pelo juiz na interpretação das leis. Limites – Áurea Pimentel Pereira, n. 18, p. 104-112, 2002.

IDEOLOGIA POLÍTICA

A ideologia e o conceito do justo – Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 8, p. 129-136, 1999.

IMÓVEL RESIDENCIAL

Ação de despejo por falta de pagamento – Caetano Ernesto da Fonseca Costa, n. 17, p. 78-82, 2002.

Arrendamento residencial – Joaquim Antonio de Vizeu Penalva Santos, n. 9, p. 64-70, 2000.

IMPEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS

Disposiciones constitucionales referidas a las garantías e impedimentos funcionales de la magistratura – Juan Guzmán Tapia, n. 4, ed. especial, p. 142-152, 1998.

Garantias e impedimentos constitucionais funcionais da magistratura - Antonio Carlos Viana Santos, n. 4, ed. especial, p. 153-165, 1998.

Garantías e impedimentos constitucionales funcionales de la magistratura: experiência boliviana - Guillermo Aranciba López, n. 4, ed. especial, p. 129-141, 1998.

Garantías e impedimentos constitucionales funcionales de la magistratura – Luis Alberto Absi, n. 4, ed. especial, p. 166-181, 1998.

IMPOSTO DE RENDA

A indenização por dano moral e o imposto de renda – Eduardo Sócrates Castanheira Sarmiento, n. 12, p. 118-127, 2000.

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

O novo I.T.R. e a vedação constitucional do confisco – Ernani de Paiva Simões, n. 5, p. 106-112, 1999.

IMPOSTOS

A necessária restituição de tributos inconstitucionais – José Jayme de Macedo Oliveira, n. 16, p. 150-164, 2001.

O novo I.T.R. e a vedação constitucional do confisco – Ernani de Paiva Simões, n. 5, p. 106-112, 1999.

IMPUGNAÇÃO

Impugnação do despacho liminar da execução: agravo, exceção de pré-executividade ou embargos? – Geraldo da Silva Baptista Júnior, n. 16, p. 121-126, 2001.

IMPUTABILIDADE PENAL

A imputabilidade infracional (juvenil) e imputabilidade penal (adulta): critérios para sua fixação temporal – Guaracy de Campos Vianna, n. 20, p. 325-331, 2002.

INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO

A evolução do controle de normas no direito brasileiro – Thiago Ragonha Varela, n. 18, p. 165-178, 2002.

INCORPORADOR

A responsabilidade do incorporador/construtor no Código do Consumidor – Sergio Cavalieri Filho, n. 3, p. 84-93, 1998.

ÍNDIO

Juizado de direito em território indígena – Asclepiades Rodrigues, n. 11, p. 147-154, 2000.

INFORMÁTICA

O direito de autor no ciberespaço – José Oliveira Ascensão, n. 7, p. 21-43, 1999.

A informática e a prestação jurisdicional – Marco Antonio Costa Souza, n. 4, ed. especial, p. 122-126, 1998.

INQUÉRITO POLICIAL

As questões relativas ao inquérito policial e a sua exata visão no direito brasileiro antes e após a CF/88 – Alexandre Abrahão Dias Teixeira, n. 19, p. 190-196, 2002.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Responsabilidade civil das instituições financeiras pela má concessão de crédito – Semy Glanz, n. 2, p. 105-114, 1998.

INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA

O grampeamento e a Constituição – Osny Duarte Pereira, n. 5, p. 53-59, 1999.

INTERESSE DIFUSO

Limites subjetivos da coisa julgada nas ações difusas, coletivas e individuais homogêneas – Wilson Marques, n. 15, p. 129-141, 2001.

Responsabilidade por dano não-patrimonial a interesse difuso (dano moral coletivo) – Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 9, p. 21-42, 2000.

A tutela do interesse coletivo como instrumento polarizador da participação do Ministério Público no processo civil brasileiro – Humberto Dalla Bernardina de Pinho, n. 16, p. 174-191, 2001.

INTERESSE PÚBLICO

A súmula nº 189 do STJ e o interesse público justificador da intervenção do Ministério Público no processo civil – José Eduardo Nobre Matta, n. 12, p. 92-110, 2000.

INTERNET

O direito de autor no ciberespaço – José Oliveira Ascensão, n. 7, p. 21-43, 1999.

Internet e contrato eletrônico – Semy Glanz, n. 3, p. 94-101, 1998.

Problemas? *Fiat lex!* Ou sobre a liberdade de expressão e a Internet – André Felipe Alves da Costa Tredinnick, n. 6, p. 30-59, 1999.

INTERPRETAÇÃO DA LEI ver

HERMENÊUTICA

INTERVENÇÃO FEDERAL

Intervenção federal em Canudos – Luiz Fernando Whitaker da Cunha, n. 1, p. 183-186, 1998.

INVESTIGAÇÃO DE PARENTESCO E DE PATERNIDADE

DNA, a fronteira da verdade? – Manoel Carpena Amorim, n. 1, p. 101-106, 1998.

A interpretação jurídica sob a ótica constitucional – Luís Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 15, p. 79-94, 2001.

Algumas reflexões sobre a obrigatoriedade do exame de DNA nas ações que investigam o parentesco – Claudia de Almeida Nogueira, n. 17, p. 192-218, 2002.

ISONOMIA CONSTITUCIONAL

Óptica constitucional – a igualdade e as ações afirmativas – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 18, p. 13-22, 2002.

I.T.R. ver IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

JUIZ

Eleições para juiz de direito? – Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza, n. 13, p. 209-211, 2001.

A emenda do Judiciário – “quem garantirá as garantias?” - José Eduardo Nobre Matta, n. 10, p. 189-212, 2000.

Intérpretes da Constituição – João Batista Berthier Leite Soares, n. 17, p. 154-173, 2002.

O juiz ativo para a justiça efetiva – Luiz Felipe da Silva Haddad, n. 16, p. 100-104, 2001.

O juiz e a cultura da transgressão – José Carlos Barbosa Moreira, n. 9, p. 98-119, 2000.

Juizados Especiais da justiça comum estadual: reflexões sobre alguns problemas práticos – André Felipe Vêras de Oliveira, n. 19, p. 197-206, 2002.

Juizados especiais municipais com juízes eleitos – uma proposta – Gabriel de Oliveira Zefiro, n. 14, p. 95-106, 2001.

O livre convencimento do juiz e as garantias constitucionais do processo penal – Uadi Lammêgo Bulos, n. 12, p. 184-198, 2000.

A obra de criação do direito pelo juiz na interpretação das leis. Limites – Áurea Pimentel Pereira, n. 18, p. 104-112, 2002.

Prescrição de punição disciplinar aplicável a magistrado – Rodrigo Lopes Lourenço, n. 13, p. 234-241, 2001.

JUIZ, FORMAÇÃO PROFISSIONAL

ver MAGISTRADO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL

JUIZADOS ESPECIAIS

Apogeu e agonia dos Juizados Especiais

Cíveis – Oswaldo Henrique Freixinho, n. 16, p. 127-132, 2001.

Breves anotações sobre a repercussão da lei 10.259/01 nos Juizados Especiais Criminais estaduais – Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 19, p. 53-61, 2002.

Da possibilidade de julgamento *ultra e extra petita* nos Juizados Especiais – Geraldo da Silva Batista Júnior, n. 3, p. 47-53, 1998.

O depósito recursal no Juizado Especial Cível – Fábio Dutra, n. 7, p. 111-125, 1999.

Dos ônus da sucumbência nos Juizados Especiais Cíveis – Heleno Ribeiro Pereira Nunes, n. 6, p. 155-162, 1999.

Os embargos do devedor no Juizado Especial Cível – Rogério de Oliveira Souza, n. 5, p. 134-149, 1999.

Execução nos Juizados Especiais Cíveis – Luis Felipe Salomão, n. 10, p. 153-174, 2000.

Inconstitucionalidade da opção ao autor para ingressar nos Juizados Especiais – Luis Felipe Salomão, n. 1, p. 107-113, 1998.

Juizados Especiais Cíveis – Artur Arnildo Ludwig, n. 4, ed. especial, p. 182-187-1998.

Juizados Especiais Cíveis x Juizados comuns – a controvertida questão da “opcionalidade” - Wilson Marques, n. 2, p. 91-97, 1998.

Juizados Especiais da justiça comum estadual: reflexões sobre alguns problemas práticos – André Felipe Vêras de Oliveira, n. 19, p. 197-206, 2002.

Juizados Especiais Municipais com juízes eleitos – uma proposta – Gabriel de Oliveira Zefiro, n. 14, p. 95-106, 2001.

Justiça municipal? – Décio Xavier Gama, n. 6, p. 132-141, 1999.

As microempresas nos Juizados Especiais – Luis Felipe Salomão, n. 14, p. 62-73, 2001.

Pequenas causas: solução encontrada para conflitos de caráter patrimonial e mesmo infracional – Décio Xavier Gama, n. 2, p. 231-233, 1998.

Sistema nacional de Juizados Especiais – Luis Felipe Salomão, n. 8, p. 85-94, 1999.

Tipologia dos modos de “tratamento” dos conflitos – Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 12, p. 21-28, 2000.

JUÍZO

Aplicação judicial do Direito – Juízos de verossimilitude e probabilidade – Adolpho C. de Andrade Mello Jr., n. 12, p. 111-117, 2000.

Juizado de direito em território indígena – Asclepiades Rodrigues, n. 11, p. 147-154, 2000.

Observações sobre competência jurisdicional – a natureza da competência dos juízos descentralizados – varas estaduais regionais e varas federais do interior – Wilney Magno de Azevedo Silva, n. 16, p. 225-235, 2001.

JULGAMENTO

Correção jurisprudencial de leis injustas – Álvaro Henrique Teixeira de Almeida, n. 7, p. 170-208, 1999.

Julgamento do recurso *ex art.* 105, III, a, da Constituição da República: sinais de uma evolução auspiciosa – José Carlos Barbosa Moreira, n. 7, p. 81-91, 1999.

A singularidade dos julgamentos e a luta contra a lentidão da justiça – Leticia de Faria Sardas, n. 18, p. 228-237, 2002.

JULGAMENTO EXTRA PETITA

Da possibilidade de julgamento *ultra e extra petita* nos Juizados Especiais – Geraldo da Silva Batista Júnior, n. 3, p. 47-53, 1998.

JULGAMENTO ULTRA PETITA

Da possibilidade de julgamento *ultra e extra petita* nos Juizados Especiais – Geraldo da Silva Batista Júnior, n. 3, p. 47-53, 1998.

JÚRI

Responsabilidade civil e o júri – Manoel

Carpena Amorim, n. 5, p. 60-65, 1999.

JURISDIÇÃO

Jurisdição, espaços de integração e consolidação da organização judiciária – Antônio Rulli Júnior, n. 6, p. 13-29, 1999.

Mercosul: direito, jurisdição, cidadania e democracia – Antônio Rulli Júnior, n. 11, p. 187-206, 2000.

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Apontamentos sobre jurisdição constitucional – Adolpho C. de Andrade Mello Jr., n. 11, p. 95-109, 2000.

JURISDIÇÃO PENAL

Jurisdição criminal – um pouco da sua história – Jorge Alberto Romeiro Jr., n. 14, p. 107-118, 2001.

JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

A transação penal como ato da denominada jurisdição voluntária – Rogério Pacheco Alves, n. 13, p. 157-177, 2001.

JURISPRUDÊNCIA

Avanços da doutrina e jurisprudência do dano moral – Severiano Aragão, n. 5, p. 100-105, 1999.

Correção jurisprudencial de leis injustas – Álvaro Henrique Teixeira de Almeida, n. 7, p. 170-208, 1999.

Função criadora da jurisprudência – Martinho Garcez Neto, n. 19, p. 46-52, 2002.

JUSFILOSOFIA

Pensamento tópico – a contribuição de Viehweg para a jusfilosofia pós-positivista – José Eduardo Nobre Matta, n. 15, p. 210-217, 2001.

JUSNATURALISMO

Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro – Luis Roberto Barroso, n. 15, p. 11-47, 2001.

JUSTIÇA

Direito, justiça, moral e ética – Áurea Pimentel Pereira, n. 13, p. 132-134, 2001.

Direito, justiça e sociedade – Sergio Cavalieri Filho, n. 18, p. 58-65, 2002.

Ética e democracia na administração da justiça – Willis Santiago Guerra Filho, n.

14, p. 152-161, 2001.

A ideologia e o conceito do justo – Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 8, p. 129-136, 1999.

O Judiciário e a credibilidade da Justiça – Marcus Antonio de Souza Faver, n. 13, p. 11-21, 2001.

O juiz ativo para a justiça efetiva – Luiz Felipe da Silva Haddad, n. 16, p. 100-104, 2001.

A Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)+ – Rogério de Oliveira Souza, n. 14, p. 140-151, 2001.

A singularidade dos julgamentos e a luta contra a lentidão da justiça – Leticia de Faria Sardas, n. 18, p. 228-237, 2002.

Um novo tempo na Justiça – Thiago Ribas Filho, n. 1, p. 11-15, 1998.

Uma justiça para o novo século – Humberto de Mendonça Manes, n. 5, p. 13-22, 1999.

Uma justiça para o terceiro milênio – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 10, p. 11-22, 2000.

Uma nova visão do universo jurídico – Luiz Fux, n. 15, p. 142-156, 2001.

Viagem à China e Tailândia – Manoel Carpena Amorim, n. 11, p. 11-20, 2000.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Representação do condomínio na Justiça do Trabalho – José Geraldo da Fonseca, n. 13, p. 149-156, 2001.

JUSTIÇA SOCIAL

Considerações sobre a teoria da justiça social – A. Gomes Penna, n. 1, p. 171-182, 1998.

KEYNESIANISMO

Fim de século – Luiz Gonzaga Belluzzo, n. 8, p. 144-156, 1999.

LEASING

Contrato de *leasing* com cláusula de reajuste cambial – Marco Antônio Ibrahim, n. 9, p. 82-97, 2000.

Leasing – A diferença entre VRG (valor residual de garantia) e preço de opção da

compra no contrato e sua descaracterização pela antecipação de valor residual – Marco Antonio Ibrahim, n. 15, p. 180-188, 2001.

LEGISLAÇÃO PENAL

O custo social de uma legislação penal excessivamente liberal – Sergio Demoro Hamilton, n. 17, p. 219-233, 2002.

LEGITIMIDADE ATIVA

Argüição de descumprimento de preceito fundamental – Humberto Peña de Moraes, n. 13, p. 135-148, 2001.

LEGITIMIDADE PASSIVA

Argüição de descumprimento de preceito fundamental – Humberto Peña de Moraes, n. 13, p. 135-148, 2001.

LEI

Correção jurisprudencial de leis injustas – Álvaro Henrique Teixeira de Almeida, n. 7, p. 170-208, 1999.

Problemas? *Fiat lex!* Ou sobre a liberdade de expressão e a Internet – André Felipe Alves da Costa Tredinnick, n. 6, p. 30-59, 1999.

Uma nova visão do universo jurídico – Luiz Fux, n. 15, p. 142-156, 2001.

LEI DA MORDAÇA

Lei da mordaza e direito de informação – mídia e justiça – Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 11, p. 131-146, 2000.

LEI DE ARBITRAGEM

Uma justiça para o terceiro milênio – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 10, p. 11-22, 2000.

LEI DE DIRETRIZES

ORÇAMENTÁRIAS

Aspectos constitucionais da lei de responsabilidade fiscal – Jessé Torres Pereira Júnior, n. 15, p. 63-78, 2001.

LEI DE EXECUÇÃO FISCAL

O depósito recursal no Juizado Especial Cível – Fábio Dutra, n. 7, p. 111-125, 1999.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Aspectos constitucionais da lei de responsabilidade fiscal – Jessé Torres Pereira Júnior, n. 15, p. 63-78, 2001.

Visão global da lei de responsabilidade fiscal – Francisco Mauro Dias, n. 17, p. 111-123, 2002.

LEI DE TÓXICOS

O novo projeto da lei de tóxicos – João de Deus Lacerda Menna Barreto, n. 1, p. 136-140, 1998.

LEI ELEITORAL

A “nova” lei eleitoral e a “reforma” do Judiciário – Paulo Cesar Salomão, n. 8, p. 141-143, 1999.

LEILÃO

Duplicidade de arrematações – Severiano Aragão, n. 10, p. 143-147, 2000.

LESÃO

Dos defeitos do negócio jurídico no novo Código Civil: fraude, estado de perigo e lesão – Humberto Theodoro Junior, n. 20, p. 51-78, 2002.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Problemas? *Fiat lex!* Ou sobre a liberdade de expressão e a Internet – André Felipe Alves da Costa Tredinnick, n. 6, p. 30-59, 1999.

LIBERDADE PROVISÓRIA

A interpretação jurídica sob a ótica constitucional – Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 15, p. 79-94, 2001.

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

O Judiciário e a litigância de má-fé – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 13, p. 40-42, 2001.

LITIGANTE

O litigante habitual – Ruy Mendes Pimentel, n. 11, p. 88-94, 2000.

LITISCONSÓRCIO

Ainda os litisconsórcios necessário e unitário – Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca

Passos, n. 19, p. 96-107, 2002.

Arguição de descumprimento de preceito fundamental – Humberto Peña de Moraes, n. 13, p. 135-148, 2001.

LITISPENDÊNCIA

Litispendência por identidade de causa de pedir – Theophilo Antonio Miguel Filho, n. 15, p. 168-179, 2001.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

As partes na locação do imóvel urbano em extensão ao Código de Defesa do Consumidor – Celina Cardoso Neiva, n. 14, p. 137-139, 2001.

MAGISTRADO

Eleições para juiz de direito? – Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza, n. 13, p. 209-211, 2001.

A emenda do Judiciário – “quem garantirá as garantias?”- José Eduardo Nobre Matta, n. 10, p. 189-212, 2000.

Intérpretes da Constituição – João Batista Berthier Leite Soares, n. 17, p. 154-173, 2002.

O juiz ativo para a justiça efetiva – Luis Felipe da Silva Haddad, n. 16, p. 100-104, 2001.

O juiz e a cultura da transgressão – José Carlos Barbosa Moreira, n. 9, p. 98-119, 2000.

O livre convencimento do juiz e as garantias constitucionais do processo penal – Uadi Lammêgo Bulos, n. 12, p. 184-198, 2000.

A obra de criação do direito pelo juiz na interpretação das leis. Limites – Áurea Pimentel Pereira, n. 18, p. 104-112, 2002.

O papel político do Poder Judiciário – Flávia de Almeida Viveiros de Castro, n. 11, p. 171-186, 2000.

Prescrição de punição disciplinar aplicável a magistrado – Rodrigo Lopes Lourenço, n. 13, p. 234-241, 2001.

MAGISTRADO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Considerações pessoais sobre a seleção e a formação de magistrados em Portugal

- e na França – Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza, n. 2, p. 192-202, 1998.
- A formação de magistrados na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ – Manoel Carpena Amorim, n. 2, p. 11-19, 1998.
- A formação do juiz contemporâneo – Sálvio de Figueiredo Teixeira, n. 1, p. 147-157, 1998.
- Formação e seleção dos juízes no Brasil. Do juiz em um país do terceiro mundo – Ricardo Pereira Lira, n. 3, p. 212-218, 1998.
- La formación de jueces del Estado del Rio de Janeiro – Manoel Carpena Amorim, n. 4, ed. especial, p. 249-259, 1998.
- Recrutamento e formação de magistrados: o sistema italiano no âmbito dos princípios internacionais sobre o Estatuto dos Magistrados e da independência do Poder Judiciário – Giacomo Oberto, n. 20, p. 15-50, 2002.
- A Universidade e a formação dos juízes – Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 6, p. 163-165, 1999.
- Viagem à China e Tailândia – Manoel Carpena Amorim, n. 11, p. 11-20, 2000.

MAGISTRATURA

- Disposiciones constitucionales referidas a las garantías e impedimentos funcionales de la magistratura - Juan Guzmán Tapia, n. 4, ed. especial, p. 142-152, 1998.
- Garantias e impedimentos constitucionais funcionais da magistratura - Antonio Carlos Viana Santos, n. 4, ed. especial, p. 153-165, 1998.
- Garantías e impedimentos constitucionales funcionales de la magistratura: experiencia boliviana - Guillermo Arancibia López, n. 4, ed. especial, p. 129-141, 1998.
- Garantías e impedimentos constitucionales funcionales de la magistratura – Luis Alberto Absi, n. 4, ed. especial, p. 166-181, 1998.

MANDADO DE INJUNÇÃO

- Intérpretes da Constituição – João Batista Berthier Leite Soares, n. 17, p. 154-173, 2002.
- A evolução do controle de normas no direito brasileiro – Thiago Ragonha Varela, n. 18, p. 165-178, 2002.

MANDADO DE SEGURANÇA

- Mandado de segurança: decadência da impetração e errônea indicação da autoridade impetrada não constituem óbices intransponíveis à cognição da causa – Maria Cristina Barros Gutiérrez, n. 9, p. 136-140, 2000 e, n. 10, p. 148-152, 2000.
- Mandado de segurança – questões constitucionais – Luiz Roberto Ayoub, n. 18, p. 113-124, 2002.
- O valor da causa e as custas iniciais no mandado de segurança – Leonardo Greco, n. 16, p. 105-120, 2001.

MARCA

- Taxionomia moderna das marcas – seus atributos intrínsecos. Patologia do uso das marcas consoante a nova lei da propriedade industrial – Tomaz Henrique Leonardos, n. 10, p. 175-183, 2000.

MEDIAÇÃO

- Tipologia dos modos de “tratamento” dos conflitos – Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 12, p. 21-28, 2000.

MEDICAMENTO

- Responsabilidade civil por danos causados por remédios – Sergio Cavalieri Filho, n. 8, p. 11-20, 1999.

MÉDICO, RESPONSABILIDADE CIVIL

- Responsabilidade civil médica – cirurgia plástica – Roberto Wider, n. 20, p. 115-140, 2002.
- A responsabilidade civil médico-hospitalar à luz do Código do Consumidor – Sergio Cavalieri Filho, n. 5, p. 87-99, 1999.

MEDIDA CAUTELAR

Duração e eficácia das medidas cautelares – Wilson Marques, n. 6, p. 142-147, 1999.

MEDIDA LIMINAR

As ações cautelares no direito de família – Wilson Marques, n. 11, p. 72-87, 2000.

Arguição de descumprimento de preceito fundamental – Humberto Peña de Moraes, n. 13, p. 135-148, 2001.

A interpretação jurídica sob a ótica constitucional – Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 15, p. 79-94, 2001.

As liminares e a tutela de urgência – Humberto Theodoro Júnior, n. 17, p. 24-52, 2002.

Medida liminar em tutela antecipatória – Roy Reis Friede, n. 18, p. 125-140, 2002.

MEDIDA PROVISÓRIA

Judiciário: uma visão realista – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 11, p. 21-23, 2000.

MEIO AMBIENTE

O meio ambiente, os poderes do Estado e a educação ambiental – Maria Collares Felipe da Conceição, n. 12, p. 41-47, 2000.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Responsabilidade civil dos meios de comunicação - Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 17, p. 83-93, 2002.

MERCADO COMUM EUROPEU

O mercado único e as fontes do direito privado europeu – Alfredo Calderale, n. 14, p. 11-33, 2001.

MERCOSUL

Filosofia do Mercosul – um desafio – Carlos Gerardo González, n. 12, p. 140-142, 2000.

Mercosul: direito, jurisdição, cidadania e democracia – Antônio Rulli Júnior, n. 11, p. 187-206, 2000.

MICROEMPRESA

As microempresas nos Juizados Especiais – Luis Felipe Salomão, n. 14, p. 62-73,

2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Ato do príncipe – Paulo Rangel, n. 17, p. 245-256, 2002.

Institucionalização do Ministério Público – Alcides Martins, n. 4, ed. especial, p. 237-245, 1998.

A súmula 189 do STJ e o interesse público justificador da intervenção do Ministério Público no processo civil – José Eduardo Nobre Matta, n. 12, p. 92-110, 2000.

A tutela do interesse coletivo como instrumento polarizador da participação do Ministério Público no processo civil brasileiro – Humberto Dalla Bernardina de Pinho, n. 16, p. 174-191, 2001.

MOEDA ESTRANGEIRA

O Código do Consumidor e os contratos financeiros com cláusula de reajuste pela variação cambial do dólar – Sergio Cavalieri Filho, n. 9, p. 71-81, 2000.

Contrato de câmbio. Aspectos jurídico-processuais – Décio Xavier Gama, n. 3, p. 102-109, 1998.

Fim de século – Luiz Gonzaga Belluzzo, n. 8, p. 144-156, 1999.

MONISMO

Monismo e dualismo no Brasil: uma dicotomia afinal irrelevante – Gustavo Binenbojm, n. 9, p. 180-195, 2000.

MORAL

Direito, justiça, moral e ética – Áurea Pimentel Pereira, n. 13, p. 132-134, 2001.

MULHER ver DIREITOS DA MULHER

MULTA DE TRÂNSITO

As multas de trânsito e *o due process of law* – Nagib Slaibi Filho, n. 19, p. 27-45, 2002.

MUNICÍPIO

Pacto federativo: aspectos atuais – José dos Santos Carvalho Filho, n. 15, p. 200-209, 2001.

NEGÓCIO JURÍDICO

Dos defeitos do negócio jurídico no novo

Código Civil: fraude, estado de perigo e lesão – Humberto Theodoro Júnior, n. 20, p. 51-78, 2002.

NOME CIVIL

Sobre o nome da pessoa humana – Maria Celina Bodin de Moraes, n. 12, p. 48-74, 2000.

NOME COMERCIAL

Inatividade da sociedade comercial – Joaquim Antonio de Vizeu Penalva Santos, n. 5, p. 113-116, 1999.

NORMA CONSTITUCIONAL

Intérpretes da Constituição – João Batista Berthier Leite Soares, n. 17, p. 154-173, 2002.

A norma constitucional – Nagib Slaibi Filho, n. 17, p. 124-153, 2002.

NORMA JURÍDICA

Aspectos atuais da aplicação da norma jurídica – Luiz Roldão de Freitas Gomes, n. 13, p. 22-39, 2001.

NULIDADE

Dos limites da exceção de pré-executividade – Rogério de Oliveira Souza, n. 7, p. 126-135, 1999.

OAB ver ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ÔNUS DA PROVA

Da inversão do ônus da prova – Rogério de Oliveira Souza, n. 12, p. 81-91, 2000.

O garantismo penal e o aditamento à denúncia – Paulo Rangel, n. 13, p. 178-208, 2001.

A inversão do ônus da prova em favor do consumidor – Alexandre Freitas Câmara, n. 18, p. 88-103, 2002.

A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor – Cristina Tereza Gaulia, n. 13, p. 88-106, 2001.

A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor – o momento em que se opera a inversão e outras questões – André Gustavo C. de Andrade, n. 20, p. 141-168, 2002.

ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA

Dos ônus da sucumbência nos Juizados Especiais Cíveis – Heleno Ribeiro Pereira Nunes, n. 6, p. 155-162, 1999.

OPÇÃO AO AUTOR

Inconstitucionalidade da opção ao autor para ingressar nos Juizados Especiais – Luis Felipe Salomão, n. 1, p. 107-113, 1998.

Juizados Especiais Cíveis x Juizados comuns – a controvertida questão da “opcionalidade”- Wilson Marques, n. 2, p. 91-97, 1998.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Da natureza jurídica do compromisso do advogado – Edson Viana de Mattos, n. 10, p. 184-188, 2000.

ORDENAÇÕES AFONSINAS, FILIPINAS E MANUELINAS

O direito português em 1500 – Luiz Fernando Whitaker da Cunha, n. 10, p. 213-215, 2000.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Jurisdição, espaços de integração e consolidação da organização judiciária – Antônio Rulli Júnior, n. 6, p. 13-29, 1999.

ÓRGÃO PÚBLICO

Personalidade judiciária de órgãos públicos – José dos Santos Carvalho Filho, n. 19, p. 160-168, 2002.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

O direito do acionista de participação nos lucros sociais – Pedro A. Batista Martins, n. 1, p. 122-135, 1998.

PARTIDO POLÍTICO

A experiência constitucional norte-americana – Guilherme Bollorini Pereira, n. 17, p. 174-191, 2002.

PATERNIDADE

Reconhecimento de paternidade – Manoel Carpena Amorim, n. 9, p. 11-20, 2000.

PENA

Reflexões críticas e propostas para a execução penal – Álvaro Mayrink da Costa,

- n. 3, p.116-126, 1998.
- PENA DE MORTE**
A adoção da pena de morte e a tragédia da Barra da Tijuca – Rio - Décio Xavier Gama, n. 1, p. 187-190, 1998.
Uma questão controvertida – Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 7, p. 159-160, 1999.
- PENA DISCIPLINAR**
Prescrição de punição disciplinar aplicável a magistrado – Rodrigo Lopes Lourenço, n. 13, p. 234-241, 2001.
- PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE**
Reflexões críticas e propostas para a execução penal – Álvaro Mayrink da Costa, n. 3, p.116-126, 1998.
- PENA RESTRITIVA DE DIREITOS**
A nova disciplina legal das penas restritivas de direitos – Raphael Cirigliano Filho, n. 7, p.136-147, 1999.
- PENHORA**
Penhora, depósito e prisão do devedor – Rogério de Oliveira Souza, n. 15, p. 157-167, 2001.
- PESSOA JURÍDICA**
Responsabilidade penal da pessoa jurídica – Manoel Carpena Amorim, n. 10, p. 23-37, 2000.
- PODER JUDICIÁRIO**
Autarquia e independencia del Poder Judicial – Bonifácio Rios Avalos, n. 4, ed. especial, p. 193-204, 1998.
Autonomia financeira e administrativa do Judiciário – Ana Lúcia Carvalho Pinto Vieira, n. 4, ed. especial, p. 216-222, 1998.
Autonomia financeira e administrativa do Judiciário – Angela Augusta Santos Carvalho, n. 4, ed. especial, p. 231-234, 1998.
Autonomia financeira e administrativa do Judiciário – José Lisboa da Gama Malcher, n. 4, ed. especial, p. 191-192, 1998.
Autonomia financiera y administrativa del Poder Judicial – Daniel Gutiérrez, n. 4, ed. especial, p. 223-230, 1998.
Autonomia financiera y administrativa del Poder Judicial – Eduardo Lombardi, n. 4, ed. especial, p. 223-230, 1998.
Breves considerações a respeito da reforma e controle do Poder Judiciário – Glaucenir Silva de Oliveira, n. 6, p. 186-196, 1999.
Direito, justiça, moral e ética – Áurea Pimentel Pereira, n. 13, p. 132-134, 2001.
A emenda do Judiciário “quem garantirá as garantias?”- José Eduardo Nobre Matta, n. 10, p. 189-212, 2000.
Especialização no serviço judiciário – Décio Xavier Gama, n. 20, p. 332-336, 2002.
A ideologia e o conceito do justo – Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 8, p. 129-136, 1999.
Independencia financiera y administrativa del Poder Judicial en Uruguay – Milton Cairolí Martinez, n. 4, ed. especial, p. 205-215, 1998.
Judiciário: uma visão realista – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 11, p. 21-23, 2000.
O Judiciário e a credibilidade da Justiça – Marcus Antonio de Souza Faver, n. 13, p. 11-21, 2001.
O Judiciário e a litigância de má-fé – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 13, p. 40-42, 2001.
Notas sobre a reforma do Judiciário – Asclepiades Rodrigues, n. 8, p. 137-140, 1999.
Observações sobre competência jurisdicional – a natureza da competência dos juízos descentralizados – varas estaduais regionais e varas federais do interior – Wilney Magno de Azevedo Silva, n. 16, p. 225-235, 2001.
O papel político do Poder Judiciário – Flávia de Almeida Viveiros de Castro, n. 11, p. 171-186, 2000.
El Poder Judicial y los derechos humanos – Alberto Chaigneau del Campo, n. 4, ed. especial, p. 100-115, 1998.
– Marcos Ibazeta Marino, n. 4, ed. especial,

- p. 55-69, 1998.
- O Poder Judiciário e os deveres humanos
– Antônio Rulli Junior, n. 4, ed. especial, p. 31-47, 1998.
- Benedito Silvério Ribeiro, n. 4, ed. especial, p. 23-30, 1998.
- Cristovan Daiello Moreira, n. 4, ed. especial, p. 48-54, 1998.
- O Poder Judiciário e os direitos humanos.
– Alberto Nobueira, n. 4, ed. especial, p. 79-99, 1998.
- Pedro Luiz Ricardo Gagliardi, n. 4, ed. especial, p. 70-78, 1998.
- O Poder Judiciário e a súmula vinculante
– Carlos Mario da Silva Velloso, n. 5, p. 23-38, 1999.
- Polícia e Judiciário: relações e conflitos
– João Marcello de Araújo Junior, n. 6, p. 166-177, 1999.
- A prestação jurisdicional como pedagogia social – Paulo Nader, n. 3, p. 36-46, 1998.
- Quanto tempo demora um processo? – Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 14, p. 162-190, 2001.
- Recrutamento e formação de magistrados: o sistema italiano no âmbito dos princípios internacionais sobre o Estatuto dos Magistrados e da independência do Poder Judiciário – Giacomo Oberto, n. 20, p. 15-50, 2002.
- A reforma do Estado e o Poder Judiciário – Diogo de Figueiredo Moreira Neto, n. 3, p. 198-211, 1998.
- Reforma do Poder Judiciário – Pedro Montenegro Barbosa, n. 7, p. 161-169, 1999.
- Reforma do Poder Judiciário – aspectos institucionais – Antônio Rulli Júnior, n. 9, p. 196-200, 2000.
- Reforma? Qual reforma? – Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 6, p. 197-198, 1999.
- A Relação do Rio de Janeiro (1751-1808) – Rogério de Oliveira Souza, n. 14, p. 140-151, 2001.
- A repercussão do novo Código Civil sobre a aquisição de bens imóveis pelo Poder Judiciário – Jessé Torres Pereira Junior, n. 20, p. 265-283, 2002.
- Um novo tempo na Justiça – Thiago Ribas Filho, n. 1, p. 11-15, 1998.
- Uma justiça para o terceiro milênio – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 10, p. 11-22, 2000.
- POLÍCIA**
Polícia e Judiciário: relações e conflitos – João Marcello de Araújo Junior, n. 6, p. 166-177, 1999.
- POLÍTICA**
Eça de Queirós e a política – Luiz Fernando Whitaker da Cunha, n. 13, p. 242-246, 2001.
- POSITIVISMO**
Correção jurisprudencial de leis injustas – Álvaro Henrique Teixeira de Almeida, n. 7, p. 170-208, 1999.
- POSTOS DE ATENDIMENTO JUDICIAL**
Justiça municipal? – Décio Xavier Gama, n. 6, p. 132-141, 1999.
- PRAZO**
Citação editalícia. Revelia. Suspensão do processo. Reflexões – Ronaldo Leite Pedrosa, n. 11, p. 110-115, 2000.
- Mandado de segurança: decadência da impetração e errônea indicação da autoridade impetrada não constituem óbices intransponíveis à cognição da causa – Maria Cristina Barros Gutiérrez, n. 9, p. 136-140, 2000 e n. 10, p. 148-152, 2000.
- Prescrição de punição disciplinar aplicável a magistrado – Rodrigo Lopes Lourenço, n. 13, p. 234-241, 2001.
- PRESCRIÇÃO**
Crime falimentar – Álvaro Mayrink da Costa, n. 12, p. 143-183, 2000.
- Prescrição de punição disciplinar aplicável a magistrado – Rodrigo Lopes Lourenço, n. 13, p. 234-241, 2001.
- Prescrição e direitos estatutários do servidor

público. Imprescritibilidade de fundo do direito – princípio da legalidade – José Eduardo Carreira Alvim, n. 20, p. 205-209, 2002.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Democracia e acesso à Justiça – Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, n. 1, p. 161-170, 1998.
Direito fundamental à razoável duração do processo judicial e administrativo – Nagib Slaibi Filho, n. 10, p. 118-142, 2000.
A informática e a prestação jurisdicional – Marco Antonio Costa Souza, n. 4, ed. especial, p. 122-126, 1998.
Judiciário: uma visão realista – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 11, p.21-23, 2000.
Justiça municipal? – Décio Xavier Gama, n. 6, p. 132-141, 1999.
As liminares e a tutela de urgência – HumbertoTheodoro Júnior, n. 17, p. 24-52, 2002.
A prestação jurisdicional como pedagogia social – Paulo Nader, n. 3, p. 36-46, 1998.
A prestação jurisdicional e a efetividade dos direitos declarados – Carlos Alberto Menezes Direito, n. 1, p. 141-146, 1998.

PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA
Direito fundamental à razoável duração do processo judicial e administrativo – Nagib Slaibi Filho, n. 10, p. 118-142, 2000.

PRINCÍPIO DA IGUALDADE ver
ISONOMIA CONSTITUCIONAL

PRINCÍPIO DA VERDADE
A prova ilícita e o princípio da verdade real no processo penal – hermenêutica do art. 5º da Lei 9.296/96 – José Eduardo Nobre Matta, n. 14, p. 119-133, 2001.

PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO
Da possibilidade de julgamento *ultra e extra petita* nos Juizados Especiais – Geraldo da Silva Batista Júnior, n. 3, p. 47-53, 1998.
O livre convencimento do juiz e as garantias constitucionais do processo penal – Uadi Lammêgo Bulos, n. 12, p. 184-198, 2000.

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

O direito penal na Constituição (1988-1998) – Álvaro Mayrink da Costa, n. 9, p. 141-157, 2000.

Intérpretes da Constituição – João Batista Berthier Leite Soares, n. 17, p. 154-173, 2002.

A transação penal como ato da denominada jurisdição voluntária – Rogério Pacheco Alves, n. 13, p. 157-177, 2001.

PRISÃO

Penhora, depósito e prisão do devedor – Rogério de Oliveira Souza, n.15, p. 157-167, 2001.

Prisão privada: solução, mas para quem? – Wagner Cinelli de Paula Freitas, n. 7, p. 155-158, 1999.

PRISÃO ALBERGUE

Reflexões críticas e propostas para a execução penal – Álvaro Mayrink da Costa, n. 3, p. 116-126, 1998.

PRISÃO PREVENTIVA

O custo social de uma legislação penal excessivamente liberal – Sergio Demoro Hamilton, n. 17, p. 219-233, 2002.

PRIVATIZAÇÃO DO PROCESSO

Privatização do processo? – José Carlos Barbosa Moreira, n. 3, p. 13-25, 1998.

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Direito fundamental à razoável duração do processo judicial e administrativo – Nagib Slaibi Filho, n. 10, p. 118-142, 2000.

PROCESSO CAUTELAR

As ações cautelares no direito de família – Wilson Marques, n. 11, p. 72-87, 2000.

As liminares e a tutela de urgência – Humberto Theodoro Júnior, n. 17, p. 24-52, 2002.

O processo cautelar. A tutela antecipada. Os institutos afins – João Carlos Pestana de Aguiar Silva, n. 1, p. 38-57, 1998.

PROCESSO CIVIL

Lopes da Costa e o processo civil brasileiro – Sálvio de Figueiredo Teixeira, n. 11, p. 43-65, 2000.

O papel do curador especial no processo civil – Wilson Marques, n. 5, p. 117-122, 1999.

Princípios gerais do Direito no processo civil – Jorge de Miranda Magalhães, n. 5, p. 150-195, 1999.

O privilégio público do recurso de ofício no processo civil – Hamilton Carvalhido, n. 14, p. 34-41, 2001.

O processo civil brasileiro entre dois mundos – José Carlos Barbosa Moreira, n. 16, p. 11-22, 2001.

O processo civil no terceiro milênio – Sergio Bermudes, n. 7, p. 92-100, 1999.

Público e privado no processo civil na Itália – Andrea Proto Pisani, n. 16, p. 23-42, 2001.

A súmula 189 do STJ e o interesse público justificador da intervenção do Ministério Público no processo civil – José Eduardo Nobre Matta, n. 12, p. 92-110, 2000.

A tutela do interesse coletivo como instrumento polarizador da participação do Ministério Público no processo civil brasileiro – Humberto Dalla Bernardina de Pinho, n. 16, p. 174-191, 2001.

PROCESSO DE EXECUÇÃO

A natural inferioridade do devedor no processo de execução – Nagib Slaibi Filho, n. 1, p. 58-63, 1998.

A reforma do processo de execução – Leonardo Greco, n. 1, p. 68-83, 1998.

PROCESSO DO CONHECIMENTO

Técnicas de cognição e efetividade do processo – André Osório Gondinho, n. 8, p. 99-117, 1999.

PROCESSO JUDICIAL

Direito fundamental à razoável duração do processo judicial e administrativo – Nagib Slaibi Filho, n. 10, p. 118-142, 2000.

O processo como instrumental de cidadania – Durval Pimenta de Castro Filho, n. 12, p. 208-217, 2000.

Privatização do processo? – José Carlos Barbosa Moreira, n. 3, p. 13-25, 1998.

Quanto tempo demora um processo? –

Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 14, p. 162-190, 2001.

PROCESSO PENAL

O livre convencimento do juiz e as garantias constitucionais do processo penal – Uadi Lammego Bulos, n. 12, p. 184-198, 2000.

O processo penal brasileiro e o novo impulso pela sua modernização – Sálvio de Figueiredo Teixeira, n. 10, p. 38-44, 2000.

A prova ilícita e o princípio da verdade real no processo penal – hermenêutica do art. 5º da lei 9.296/96 – José Eduardo Nobre Matta, n. 14, p. 119-133, 2001.

PRODUTO VICIADO

Breves considerações sobre a alternativa de substituição do produto viciado – J.G. Vasi Werner, n. 19, p. 132-143, 2002.

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

A Universidade: compromisso com a excelência e instrumento de transformação – Sálvio de Figueiredo Teixeira, n. 12, p. 11-20, 2000.

PROMESSA DE COMPRA E VENDA

O compromisso de compra e venda como título de propriedade – Melhim Namem Chalhub, n. 6, p. 72-77, 1999.

PROPAGANDA ENGANOSA

Propaganda enganosa e abusiva – José Carlos Maldonado de Carvalho, n. 15, p. 120-128, 2001.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Taxionomia moderna das marcas – seus atributos intrínsecos. Patologia do uso das marcas consoante a nova lei da propriedade industrial – Tomaz Henrique Leonardos, n. 10, p. 175-183, 2000.

PROTEÇÃO AMBIENTAL

As alterações do Código Florestal – Francisco Carrera, n. 15, p. 218-223, 2001.

O meio ambiente, os poderes do Estado e a educação ambiental – Maria Collares Felipe da Conceição, n. 12, p. 41-47, 2000.

Responsabilidade civil constitucional – Roberto de Abreu e Silva, n. 16, p. 60-72, 2001.

PROTESTO CAMBIAL

Duplicata – aspectos jurídicos e discussões atuais – Ronald Amaral Sharp Junior, n. 14, p. 87-94, 2001.

PROTESTO DE TÍTULOS

Protesto silencioso – Décio Xavier Gama, n. 5, p. 123-126, 1999.

PROVA

Reintrodução ao estudo da prova – João Carlos Pestana de Aguiar, n. 8, p. 69-84, 1999.

Reintrodução ao estudo da prova (segunda parte) – João Carlos Pestana de Aguiar, n. 9, p. 120-135, 2000.

PROVA ILÍCITA

A prova ilícita e o princípio da verdade real no processo penal – hermenêutica do art. 5º da lei 9.296/96 – José Eduardo Nobre Matta, n. 14, p. 119-133, 2001.

PUBLICIDADE

Publicidade enganosa por omissão – aspectos comparativos do direito luso-brasileiro – Arthur Narciso de Oliveira Neto, n. 20, p. 210-233, 2002.

O resgate da ética na publicidade – Luiz Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 3, p. 127-147, 1998.

QUEBRA ver FALÊNCIA,

QUEIRÓS, José Maria Eça de

Eça de Queirós e a política – Luiz Fernando Whitaker da Cunha, n. 13, p. 242-246, 2001.

RECONHECIMENTO DE

PATERNIDADE

Reconhecimento de paternidade – Manoel Carpena Amorim, n. 9, p. 11-20, 2000.

RECUPERAÇÃO DA EMPRESA

O novo projeto de recuperação da empresa – Paulo Penalva Santos, n. 7, p. 44-58, 1999.

RECURSO DE OFÍCIO

O privilégio público do recurso de ofício no processo civil – Hamilton Carvalhido, n. 14, p. 34-41, 2001.

RECURSO ESPECIAL

Julgamento do recurso *ex art.* 105, III, a, da Constituição da República: sinais de uma evolução auspiciosa – José Carlos Barbosa Moreira, n. 7, p. 81-91, 1999.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Eles, os recursos, vistos por um advogado (reflexões em matéria de recursos cíveis – Carlos Roberto Barbosa Moreira, n. 18, p. 45-57, 2002.

Julgamento do recurso *ex art.* 105, III, a, da Constituição da República: sinais de uma evolução auspiciosa – José Carlos Barbosa Moreira, n. 7, p. 81-91, 1999.

RECURSOS

Considerações sobre a apelação no sistema recursal do Código de Processo Civil – Sérgio Bermudes, n. 6, p. 123-131, 1999.

Considerações sobre o efeito suspensivo dos recursos cíveis – Sérgio Bermudes, n. 11, p. 66-71, 2000.

O depósito recursal no Juizado Especial Cível – Fábio Dutra, n. 7, p. 111-125, 1999.

Dos recursos em geral nas cortes estaduais e federais brasileiras – João Carlos Pestana de Aguiar Silva, n. 2, p. 77-90, 1998.

Eles, os recursos, vistos por um advogado (reflexões em matéria de recursos cíveis – Carlos Roberto Barbosa Moreira, n. 18, p. 45-57, 2002.

O Judiciário e a litigância de má-fé – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 13, p. 40-42, 2001.

A nova redação do art. 557 do Código de Processo Civil – Nagib Slaibi Filho, n. 5, p. 127-133, 1999.

Reformas do CPC em matéria de recursos – José Carlos Barbosa Moreira, n. 13, p. 51-64, 2001.

A singularidade dos julgamentos e a luta contra a lentidão da justiça – Letícia

de Faria Sardas, n. 18, p. 228-237, 2002.

REFORMA DO ESTADO

Globalização, crise e reforma do Estado brasileiro – Pedro de Oliveira Figueiredo, n. 2, p. 146-191, 1998.

A reforma do Estado e o Poder Judiciário – Diogo de Figueiredo Moreira Neto, n. 3, p. 198-211, 1998.

REFORMA JUDICIÁRIA

Breves considerações a respeito da reforma e controle do Poder Judiciário – Glaucenir Silva de Oliveira, n. 6, p. 186-196, 1999.

A estabilidade do Direito e o custo Brasil – Arnoldo Wald, n. 8, p. 118-128, 1999.

Notas sobre a reforma do Judiciário – Asclepiades Rodrigues, n. 8, p. 137-140, 1999.

A “nova” lei eleitoral e a “reforma” do Judiciário – Paulo Cesar Salomão, n. 8, p. 141-143, 1999.

Reforma do Poder Judiciário – Pedro Montenegro Barbosa, n. 7, p. 161-169, 1999.

Reforma do Poder Judiciário – aspectos institucionais – Antônio Rulli Júnior, n. 9, p. 196-200, 2000.

Reforma? Qual reforma? – Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 6, p. 197-198, 1999.

Um novo tempo na Justiça – Thiago Ribas Filho, n. 1, p. 11-15, 1998.

Uma justiça para o terceiro milênio – Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, n. 10, p. 11-22, 2000.

REFORMA PENAL

O custo social de uma legislação penal excessivamente liberal – Sergio Demoro Hamilton, n. 17, p. 219-233, 2002.

O processo penal brasileiro e o novo impulso pela sua modernização – Sálvio de Figueiredo Teixeira, n. 10, p. 38-44, 2000.

Reforma penal – visão metodológica, comparatista e histórica na busca de um endereço realístico – Álvaro Mayrink da

Costa, n. 16, p. 192-205, 2001.

REFORMA PROCESSUAL CIVIL

As novas e boas propostas da reforma – Sálvio de Figueiredo Teixeira, n. 5, p. 39-52, 1999.

A reforma processual de 2002 – ligeiras anotações – lei 10.352, de 26.12.01 - Wilson Marques, n. 20, p. 193-204, 2002.

Reformas do CPC em matéria de recursos – José Carlos Barbosa Moreira, n. 13, p. 51-64, 2001.

REGISTRO DE IMÓVEIS

Arrendamento residencial – Joaquim Antônio de Vizeu Penalva Santos, n. 9, p. 64-70, 2000.

O compromisso de compra e venda como título de propriedade – Melhim Namem Chalhub, n. 6, p. 72-77, 1999.

A importância da classificação tradicional das ações e o registro de imóveis – Eduardo Sócrates Castanheira Sarmiento, n. 13, p. 117-127, 2001.

RELATOR

A nova redação do art. 557 do Código de Processo Civil – Nagib Slaibi Filho, n. 5, p. 127-133, 1999.

A singularidade dos julgamentos e a luta contra a lentidão da justiça – Letícia de Faria Sardas, n. 18, p. 228-237, 2002.

REMÉDIO ver MEDICAMENTO

RENDA

A discriminação de rendas na Constituição federal de 1988 e a busca de um novo modelo federativo em mundo marcado pela globalização dos mercados – Ernani de Paiva Simões, n. 12, p. 128-139, 2000.

REPARAÇÃO DO DANO

O dano – responsabilidade civil – Adolpho C. de Andrade Mello Junior, n. 9, p. 46-51, 2000.

Dano moral e pedido genérico de indenização – André Gustavo C. de Andrade, n. 10, p. 45-67, 2000.

O dano moral resultante do divórcio ou da

- separação injusta e o seu ressarcimento – Luiz Murillo Fábregas, n. 6, p. 98-111, 1999.
- A decisão judicial – Carlos Alberto Menezes Direito, n. 11, p. 24-42, 2000.
- Direito ao respeito – Marco Antonio Ibrahim, n. 14, p. 134-136, 2001.
- Direito autoral e responsabilidade civil – Sergio Cavalieri Filho, n. 13, p. 43-50, 2001.
- Os fatores de atribuição na responsabilidade por danos – André Fontes, n. 5, p. 207-215, 1999.
- A indenização por dano moral e o imposto de renda – Eduardo Sócrates Castanheira Sarmiento, n. 12, p. 118-12, 2000.
- O princípio da dimensão coletiva das relações de consumo: reflexos no “processo do consumidor”, especialmente quanto aos danos morais e às conciliações – José Augusto Garcia, n. 2, p. 115-145, 1998.
- Responsabilidade civil *ex delicto* no Direito brasileiro – Manoel Carpena Amorim, n. 7, p. 13-20, 1999.
- Responsabilidade civil por danos causados por remédios – Sergio Cavalieri Filho, n. 8, p. 11-20, 1999.
- A responsabilidade do credor pela execução – Rogério de Oliveira Souza, n. 18, p. 156-164, 2002.
- Responsabilidade por dano não-patrimonial a interesse difuso (dano moral coletivo) – Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 9, p. 21-42, 2000.
- RESPONSABILIDADE CIVIL**
- Aspectos da responsabilidade civil do Código de Defesa do Consumidor – Letícia de Faria Sardas, n. 16, p. 52-59, 2001.
- O dano – responsabilidade civil – Adolpho C. de Andrade Mello Junior, n. 9, p. 46-51, 2000.
- Direito autoral e responsabilidade civil – Sergio Cavalieri Filho, n. 13, p. 43-50, 2001.
- Endosso-mandato e extravio de títulos – Letícia de Faria Sardas, n. 3, p. 148-155, 1998.
- Os fatores de atribuição na responsabilidade por danos – André Fontes, n. 5, p. 207-215, 1999.
- Responsabilidade civil constitucional – Roberto de Abreu e Silva, n. 16, p. 60-72, 2001.
- Responsabilidade civil das instituições financeiras pela má concessão de crédito – Semy Glanz, n. 2, p. 105-114, 1998.
- Responsabilidade civil dos meios de comunicação – Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 17, p. 83-93, 2002.
- Responsabilidade civil e o júri – Manoel Carpena Amorim, n. 5, p. 60-65, 1999.
- Responsabilidade civil *ex delicto* no direito brasileiro – Manoel Carpena Amorim, n. 7, p. 13-20, 1999.
- Responsabilidade civil médica – cirurgia plástica – Roberto Wider, n. 20, p. 115-140, 2002.
- Responsabilidade civil médico-hospitalar à luz do Código do Consumidor – Sergio Cavalieri Filho, n. 5, p. 87-99, 1999.
- Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor – Heloisa Carpena Vieira de Mello, n. 3, p. 73-83, 1998.
- Responsabilidade civil por danos causados por remédios – Sergio Cavalieri Filho, n. 8, p. 11-20, 1999.
- A responsabilidade civil prevista no Código de Trânsito brasileiro à luz da Constituição federal – Sergio Cavalieri Filho, n. 6, p. 60-71, 1999.
- A responsabilidade do incorporador/construtor no Código do Consumidor – Sergio Cavalieri Filho, n. 3, p. 84-93, 1998.
- A teoria da falta contra a legalidade constitucional – Roberto Abreu e Silva, n. 19, p. 62-84, 2002.

RESPONSABILIDADE

CONTRATUAL

Endosso-mandato e extravio de títulos – Leticia de Faria Sardas, n. 3, p. 148-155, 1998.

Visão panorâmica da responsabilidade do transportador – Sergio Cavalieri Filho, n. 1, p. 114-121, 1998.

RESPONSABILIDADE CRIMINAL ver RESPONSABILIDADE PENAL RESPONSABILIDADE FISCAL, LEGISLAÇÃO

Aspectos constitucionais da lei de responsabilidade fiscal – Jessé Torres Pereira Júnior, n. 15, p. 63-78, 2001.

Visão global da lei de responsabilidade fiscal – Francisco Mauro Dias, n. 17, p. 111-123, 2002.

RESPONSABILIDADE PENAL

Responsabilidade penal da pessoa jurídica – Manoel Carpena Amorim, n. 10, p. 23-37, 2000.

REVELIA

Citação editalícia. Revelia. Suspensão do processo. Reflexões – Ronaldo Leite Pedrosa, n. 11, p. 110-115, 2000.

REVISTA DA EMERJ

Os três anos da Revista da EMERJ – Décio Xavier Gama, n. 12, p. 218-219, 2000.

RITO PROCESSUAL

Dever judicial de adequação do procedimento à pretensão deduzida em juízo – Cristina Gutiérrez, n. 13, p. 107-116, 2001.

SEGREDO DE JUSTIÇA

Lei da mordaça e direito de informação – mídia e justiça - Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 11, p. 131-146, 2000.

SEGREDO DE NEGÓCIO

Proteção legal aos segredos de negócio – Kátia Braga de Magalhães, n. 12, p. 75-80, 2000.

SEGUNDA INSTÂNCIA

Um novo tempo na Justiça – Thiago Ribas Filho, n. 1, p. 11-15, 1998.

SEGURANÇA JURÍDICA

A estabilidade do Direito e o custo Brasil – Arnoldo Wald, n. 8, p. 118-128, 1999.

SENTENÇA

O que deve e o que não deve figurar na sentença – José Carlos Barbosa Moreira, n. 8, p. 42-53, 1999.

Sustação pelo Tribunal do cumprimento de sentença sujeita a apelação de efeito apenas devolutivo – Sérgio Bermudes, n. 1, p. 64-67, 1998.

SENTENÇA ESTRANGEIRA

Sentença estrangeira e globalização: acesso à justiça e cooperação internacional – Antonio do Passo Cabral, n. 16, p. 206-224, 2001.

SEPARAÇÃO JUDICIAL

As ações cautelares no direito de família – Wilson Marques, n. 11, p. 72-87, 2000.

O dano moral resultante do divórcio ou da separação injusta e o seu ressarcimento – Luiz Murillo Fábregas, n. 6, p. 98-111, 1999.

O papel da culpa na separação e no divórcio – Gustavo Tepedino, n. 2, p. 32-50, 1998.

SERVIÇO JUDICIÁRIO

Especialização do serviço judiciário – Décio Xavier Gama, n. 20, p. 332-336, 2002.

SHOPPING CENTER

Contrato de *shopping center* – Guilherme Calmon Nogueira da Gama, n. 18, p. 187-227, 2002.

SIGILO

Lei da mordaça e direito de informação – mídia e justiça – Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 11, p. 131-146, 2000.

SISTEMA DE EDUCAÇÃO

A Universidade: compromisso com a excelência e instrumento de transformação – Sálvio de Figueiredo Teixeira, n. 12, p. 11-20, 2000.

SISTEMA PENITENCIÁRIO

O custo social de uma legislação penal excessivamente liberal – Sergio Demoro

- Hamilton, n. 17, p. 219-233, 2002.
- SOCIEDADE**
Direito, justiça e sociedade – Sergio Cavalieri Filho, n. 18, p. 58-65, 2002.
- SOCIEDADE ANÔNIMA**
Interpretação realista da alienação de controle de companhia aberta – Jorge Lobo, n. 15, p. 95-119, 2001.
Sociedade anônima, subcapitalização, desconsideração da personalidade jurídica da sociedade anônima – Joaquim Antonio de Vizeu Penalva Santos, n. 14, p. 74-77, 2001.
- SOCIEDADE COMERCIAL**
Inatividade da sociedade comercial – Joaquim Antonio de Vizeu Penalva Santos, n. 5, p. 113-116, 1999.
A responsabilidade na sociedade por quotas – Alexandre Ferreira de Assumpção Alves, n. 7, p. 59-80, 1999.
- SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**
A responsabilidade na sociedade por quotas – Alexandre Ferreira de Assumpção Alves, n. 7, p. 59-80, 1999.
- SÚMULA VINCULANTE**
O Poder Judiciário e a súmula vinculante – Carlos Mario da Silva Velloso, n. 5, p. 23-38, 1999.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL** ver **TRIBUNAL SUPERIOR**
- SUSPENSÃO DO PROCESSO PENAL**
Citação editalícia. Revelia. Suspensão do processo. Reflexões – Ronaldo Leite Pedrosa, n. 11, p.110-115, 2000.
Considerações sobre a suspensão do processo penal à luz da Constituição – Paulo Assed Estefan, n.7, p.148-154, 1999.
- TAILÂNDIA**
Viagem à China e Tailândia – Manoel Carpena Amorim, n. 11, p. 11-20, 2000.
- TEORIA DA IMPREVISÃO**
Revisão de contratos pela ilicitude das cláusulas e pela teoria da imprevisão – Severiano Aragão, n. 8, p. 38-41, 1999.
Teorias da imprevisão (condição implícita, frustração por risco e risco do negócio) – Severiano Aragão, n. 9, p. 43-45, 2000.
- TERRA INDÍGENA**
Juizado de direito em território indígena – Asclepiades Rodrigues, n. 11, p. 147-154, 2000.
- TESTEMUNHA**
O livre convencimento do juiz e as garantias constitucionais do processo penal – Uadi Lammêgo Bulos, n. 12, p. 184-198, 2000.
- TIPO PENAL**
Tipo penal ou circunstância majorante – Bonni dos Santos, n. 17, p. 234-244, 2002.
- TÍTULO CAMBIAL**
As “dez regras de ouro” dos títulos cambiais – Jorge Lobo, n. 9, p. 52-63, 2000.
- TÍTULO DE CRÉDITO**
Endosso-mandato e extravio de títulos – Letícia de Faria Sardas, n. 3, p. 148-155, 1998.
- TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL**
Contrato de abertura de crédito e ação monitória – Luiz Gonzaga dos Santos, n. 3, p.110-115, 1998.
- TÓXICO**
O novo projeto da lei de tóxicos – João de Deus Lacerda Menna Barreto, n. 1, p. 136-140, 1998.
A prevenção pela educação – João de Deus Lacerda Menna Barreto, n. 2, p. 98-104, 1998.
- TRABALHADOR**
Garantias constitucionales del trabajador en Brasil – Paulo Orval P. Rodrigues, n. 4, ed. especial, p. 116-121, 1998.
- TRANSAÇÃO PENAL**
A transação penal como ato da denominada jurisdição voluntária – Rogério Pacheco Alves, n. 13, p. 157-177, 2001.
- TRANSEXUALISMO**
Sobre o nome da pessoa humana – Maria Celina Bodin de Moraes, n. 12, p. 48-74, 2000.
- Revista da EMERJ, v. 6, n. 21, 2003

TRANSGRESSÃO DE NORMAS

O juiz e a cultura da transgressão – José Carlos Barbosa Moreira, n. 9, p. 98-119, 2000.

TRANSPORTADOR

Visão panorâmica da responsabilidade do transportador – Sérgio Cavalieri Filho, n. 1, p. 114-121, 1998.

TRATADO INTERNACIONAL

Eficácia provisória e definitiva dos tratados internacionais – Ives Gandra da Silva Martins, n. 12, p. 199-207, 2000.

TRIBUNAL DE ALÇADA, EXTINÇÃO

Um novo tempo na Justiça – Thiago Ribas Filho, n. 1, p. 11-15, 1998.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO

A Relação do Rio de Janeiro (1751-1808) – Rogério de Oliveira Souza, n. 14, p. 140-151, 2001.

TRIBUNAL SUPERIOR

A argüição de inconstitucionalidade nos Tribunais (nova redação do art. 481 do Código de Processo Civil) – Nagib Slaibi Filho, n. 6, p. 148-154, 1999.

Eleição direta para o STF?! – Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza, n. 18, p. 245-247, 2002.

Julgamento do recurso *ex art.* 105, III, a, da Constituição da República: sinais de uma evolução auspiciosa – José Carlos Barbosa Moreira, n. 7, p. 81-91, 1999.

A tutela antecipada nos Tribunais Superiores – Luiz Fux, n. 13, p. 65-87, 2001.

TRIBUTO

A necessária restituição de tributos inconstitucionais – José Jayme de Macêdo Oliveira, n. 16, p. 150-164, 2001.

TUTELA

Tutela e adoção remuneradas – Décio Xavier Gama, n. 13, p. 128-131, 2001.

TUTELA ANTECIPADA

Ação de despejo por falta de pagamento – Caetano Ernesto da Fonseca Costa, n. 17, p. 78-82, 2002.

A interpretação jurídica sob a ótica

constitucional – Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, n. 15, p. 79-94, 2001.

As liminares e a tutela de urgência – Humberto Theodoro Júnior, n. 17, p. 24-52, 2002.

Medida liminar em tutela antecipatória – Roy Reis Friede, n. 18, p. 125-140, 2002.

O processo cautelar. A tutela antecipada. Os institutos afins – João Carlos Pestana de Aguiar Silva, n. 1, p. 38-57, 1998.

A tutela antecipada nos Tribunais Superiores – Luiz Fux, n. 13, p. 65-87, 2001.

A tutela de urgência na jurisdição de família. Cautelares. Tutela antecipada – Luiz Fux, n. 14, p. 51-61, 2001.

TUTELA CAUTELAR

As liminares e a tutela de urgência – Humberto Theodoro Júnior, n. 17, p. 24-52, 2002.

Política, direito e ética na tutela cautelar – Nagib Slaibi Filho, n. 8, p. 95-98, 1999.

A tutela de urgência na jurisdição de família. Cautelares. Tutela antecipada – Luiz Fux, n. 14, p. 51-61, 2001.

TUTELA DE URGÊNCIA

As liminares e a tutela de urgência – Humberto Theodoro Júnior, n. 17, p. 24-52, 2002.

A tutela de urgência na jurisdição de família. Cautelares. Tutela antecipada – Luiz Fux, n. 14, p. 51-61, 2001.

TUTELA JURISDICIONAL

As liminares e a tutela de urgência – Humberto Theodoro Júnior, n. 17, p. 24-52, 2002.

O mercado único e as fontes do direito privado europeu – Alfredo Calderale, n. 14, p. 11-33, 2001.

UNIÃO ESTÁVEL

A constitucionalização no direito de família na carta política brasileira de 1988 – Áurea Pimentel Pereira, n. 15, p.

48-62, 2001.

UNIÃO EUROPÉIA

O mercado único e as fontes do direito privado europeu – Alfredo Calderale, n. 14, p. 11-33, 2001.

UNIVERSIDADE

A Universidade e a formação dos juízes – Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 6, p. 163-165, 1999.

A Universidade: compromisso com a excelência e instrumento de transformação – Sálvio de Figueiredo Teixeira, n. 12, p. 11-20, 2000.

VALOR DA CAUSA

O valor da causa e as custas iniciais no mandado de segurança – Leonardo Greco, n. 16, p. 105-120, 2001.

VALOR RESIDUAL

Leasing – A diferença entre VRG (Valor residual de garantia) e preço da opção de

compra no contrato e sua descaracterização de valor residual – Marco Antonio Ibrahim, n. 15, p. 180-188, 2001.

VIEHWEG, Theodoro

Pensamento tópico – a contribuição de Viehweg para a jusfilosofia pós-positivista – José Eduardo Nobre Matta, n. 15, p. 210-217, 2001.

VIOLAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

O grampeamento e a Constituição – Osny Duarte Pereira, n. 5, p. 53-59, 1999.

VIOLÊNCIA DEFENSIVA

O problema da violência defensiva – Felipe Augusto de Miranda Rosa, n. 20, p. 320-324, 2002.